



Sobreaquecidos e impreparados: as experiências dos europeus ao conviver com as alterações climáticas.

Agência Europeia do Ambiente
Kongens Nytorv 6
1050 Copenhagen K
Dinamarca

Tel.: +45 33 36 71 00
Web: eea.europa.eu
Consultas: eea.europa.eu/enquiries

Eurofundação
Wyattville Road, Loughlinstown, Co. Dublin
D18 KP65
Irlanda

Tel.: +353 1 2043100 Web:
www.eurofound.europa.eu Consultas:
information@eurofound.europa.eu

Aviso legal

O conteúdo desta publicação não reflete necessariamente as opiniões oficiais da Comissão Europeia ou de outras instituições da União Europeia. Nem a Agência Europeia do Ambiente, nem qualquer pessoa ou empresa que atue em nome da Agência, é responsável pela utilização que possa ser feita das informações contidas neste relatório.

Aviso sobre o Brexit

Os produtos, sítios Web e serviços do EEE podem fazer referência a inquéritos realizados antes da saída do Reino Unido da UE. Os inquéritos e os dados relativos ao Reino Unido serão geralmente explicados utilizando terminologia como: "UE-27 e o Reino Unido" ou "EEE-32 e o Reino Unido". As exceções a esta abordagem serão clarificadas no contexto da sua utilização.

Política de publicação

Para proteger o ambiente, a Agência Europeia do Ambiente apenas apoia publicações digitais. Não imprimimos as nossas publicações.

Aviso de direitos de autor

© Agência Europeia do Ambiente, 2026; © Eurofound, 2026

Esta publicação está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0) (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>). Isto significa que pode ser reutilizado sem autorização prévia, gratuitamente, para fins comerciais ou não comerciais, desde que a Agência Europeia do Ambiente seja reconhecida como a fonte original do material e que o significado ou a mensagem original do conteúdo não seja distorcido. Para qualquer utilização ou reprodução de elementos que não sejam propriedade da Agência Europeia do Ambiente, poderá ser necessário solicitar autorização diretamente aos respetivos titulares dos direitos.

Mais informações sobre a União Europeia estão disponíveis em https://european-union.europa.eu/index_en.

Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia, 2026

ISBN 978-92-9480-755-7
ISSN 1977-8449
doi: 10.2800/6087030

Design da capa: EEA
Foto de capa: © Adaptada do Adobe Stock
Layout: Eworx/EEA

Conteúdo

Agradecimentos	5
Mensagens-chave	6
Sumário executivo	7
1 Introdução	9
2 Impactos relacionados com o clima percebidos pelos entrevistados	11
3 Preocupação com os impactos climáticos futuros	15
4 Medidas de resiliência climática reportadas pelos participantes	17
4.1 Resiliência ao nível das famílias	18
4.2 Ações de resiliência percebidas nas áreas dos inquiridos	22
4.3 Diferenças entre os inquiridos urbanos e rurais	25
5 Diferenças entre os grupos de inquiridos	27
5.1 Recursos financeiros das famílias	27
5.2 Idade	31
5.3 Género	34
5.4 Propriedade de casa	36
5.5 Estado de saúde autodeclarado	38
6 Conclusões e oportunidades de ação	43
6.1 Necessidade de uma ampla implementação de soluções de adaptação	43
6.2 Combater o calor como o risco mais generalizado para a saúde e o bem-estar	44
6.3 Incentivar a resiliência no âmbito familiar	44
6.4 Proteção de grupos vulneráveis	44
Abreviações	46
Referências	47
Anexo 1 <i>Inquérito online "Viver e trabalhar na UE 2025"</i> questões analisadas no relatório	51

Agradecimentos

A Agência Europeia do Ambiente (AEA) e a Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound) gostariam de agradecer aos parceiros da AEA da Rede Europeia de Informação e Observação do Ambiente (países membros da AEA), à Direção-Geral da Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências de Saúde da Comissão Europeia, ao Escritório Regional para a Europa da Organização Mundial da Saúde, à Organização Internacional para as Migrações e ao Cluster Europeu do Clima e da Saúde pelas suas valiosas contribuições e contributos.

Mensagens-chave

- Este relatório baseia-se num inquérito online realizado junto de mais de 27 000 participantes em 27 países europeus e apresenta as experiências dos participantes relativamente aos impactos climáticos, as suas preocupações relativamente aos impactos futuros, e **as medidas de resiliência que adotaram em casa e observaram nos seus bairros.**
- Mais de 80% dos inquiridos referiram ter sido afectados por pelo menos um problema relacionado com o clima (calor, inundações, incêndios florestais, escassez de água, vento, picadas de mosquitos/carraças) nos últimos 5 anos. O calor foi o problema mais reportado: quase metade dos inquiridos sentiu muito calor em casa, no trabalho ou na escola, enquanto mais de 60% referiu sentir muito calor ao ar livre nos seus bairros.
- Mais de 52% dos inquiridos mostraram-se muito ou bastante preocupados com as temperaturas extremamente elevadas no futuro, e 48% mostraram-se muito ou bastante preocupados com os incêndios florestais. As mulheres, os inquiridos mais jovens (entre os 16 e os 29 anos) e os inquiridos do sul e centro-leste da Europa são os grupos mais preocupados com os impactos climáticos futuros.
- Um em cada cinco inquiridos não possuía nenhuma das medidas domésticas listadas no inquérito, destinadas à proteção contra condições meteorológicas extremas (por exemplo, sombreamento, ar condicionado ou ventilação, impermeabilização contra inundações, recolha de águas pluviais, seguro contra condições meteorológicas extremas, sistema de energia de reserva e kit de emergência).
- Existem fortes diferenças regionais nos impactos climáticos sentidos pelos inquiridos e nas medidas de resiliência reportadas. Os impactos climáticos foram mais sentidos pelos inquiridos no sul e centro-leste da Europa. Regionalmente, o grupo com a menor percentagem de inquiridos que reportaram tanto impactos climáticos como a presença das medidas lideradas pelas autoridades listadas no inquérito foi o do norte da Europa.
- Mais de 38% de todos os inquiridos afirmaram não ter condições para manter as suas casas adequadamente frescas no verão; esta percentagem sobe para 66% entre os inquiridos que enfrentaram dificuldades financeiras.
- Uma percentagem mais elevada de inquiridos menos abastados, inquilinos ou pessoas com saúde deficiente referiu ter sofrido impactos climáticos em comparação com todos os outros inquiridos. Ao mesmo tempo, menos entrevistados destes grupos referiram ter adoptado medidas de resiliência climática nas suas residências ou ter visto medidas lideradas pelas autoridades implementadas nos seus bairros.
- Garantir o bem-estar e a prosperidade da sociedade europeia num contexto de rápidas alterações climáticas exige uma ampla implementação de medidas de prevenção e preparação para os impactos climáticos, bem como a sua viabilidade financeira. das medidas de resiliência ao nível das famílias e da distribuição equitativa das ações de adaptação lideradas pelas autoridades.

Sumário executivo

As alterações climáticas em curso representam uma ameaça para a prosperidade e o bem-estar na Europa.

As alterações climáticas representam uma ameaça crescente para a saúde, o bem-estar e a prosperidade da sociedade europeia. Os eventos extremos relacionados com o clima — como ondas de calor, incêndios florestais, inundações ou secas — estão a tornar-se mais frequentes e mais intensos à medida que o aquecimento global avança.

Os quadros políticos europeus e nacionais enfatizam a necessidade urgente de adaptação às alterações climáticas e de gestão eficaz dos riscos climáticos para a população e para a economia. No entanto, não foi suficientemente avaliado em que medida foram implementadas ações para melhorar a resiliência da UE às alterações climáticas, especialmente no que diz respeito aos agregados familiares individuais.

Este relatório foi desenvolvido em conjunto pela Agência Europeia do Ambiente (AEA) e pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound) e baseia-se nos resultados de um inquérito online. Explora as experiências de impactos relacionados com as alterações climáticas, as ações de resiliência tomadas a nível nacional, a perceção das ações locais implementadas e as preocupações relativamente aos impactos futuros numa amostra de europeus.

Experiências generalizadas de impactos relacionados com o clima e grandes preocupações com o futuro.

Quatro em cada cinco inquiridos referiram ter experienciado pelo menos um dos seguintes problemas relacionados com o clima nos últimos cinco anos (2020-2025): calor desconfortável, inundações, incêndios florestais, escassez de água, danos causados pelo vento ou picadas de insetos mais frequentes. Muitos inquiridos manifestaram também preocupação com os impactos climáticos futuros, sendo o calor e os incêndios florestais as principais preocupações para cerca de metade deles. O facto de uma elevada percentagem de inquiridos ter referido ter experienciado impactos no passado e preocupações com o futuro aponta para a necessidade de se fazer mais para se adaptar às alterações climáticas.

Indícios de falta de preparação a nível das famílias na Europa.

A pesquisa explorou as medidas de resiliência climática nas casas dos inquiridos. Nenhuma das medidas de proteção contra os impactos climáticos listadas no inquérito foi reportada como tendo sido implementada por mais de metade dos inquiridos. Pouco mais de 22% dos inquiridos não possuía nenhuma das medidas elencadas em casa. As medidas contra o calor — o problema mais frequentemente reportado — incluem o sombreamento (referido por 49% dos inquiridos), o isolamento do telhado/parede (48%) e o ar condicionado ou ventilação (32%).

Mais de 40% dos inquiridos referiram ter um seguro de habitação que cobre eventos climáticos extremos. Uma percentagem muito menor de inquiridos preparou kits de emergência (14%) ou garantiu o acesso a uma fonte de energia de reserva (8%). Para que a sociedade europeia se adapte suficientemente, as famílias precisam de se tornar mais resilientes através de uma maior consciencialização, acesso e maior acessibilidade a medidas de prevenção em casa.

Carácter não infraestrutural das acções de adaptação local

As medidas locais mais frequentemente relatadas pelos inquiridos foram avisos ou alertas para condições meteorológicas extremas (vivenciadas por 57%), campanhas de sensibilização sobre os riscos e ações a tomar em caso de condições meteorológicas extremas (43%) e restrições ao uso de água durante os períodos de seca (42%). No geral, 36% dos inquiridos referiram ter notado a plantação de árvores ou melhorias no acesso a espaços verdes na sua região.

As medidas locais de prevenção de inundações e a disponibilização de centros de arrefecimento não foram relatadas como comumente observadas. Este panorama das medidas de adaptação lideradas pelas autoridades, com base na percepção dos entrevistados, sugere a necessidade de mais medidas de adaptação climática baseadas em infra-estruturas, para complementar as medidas orientadas para o comportamento.

Impactos desiguais e resiliência desigual

Alguns dos impactos climáticos reportados pelos inquiridos afetaram determinados grupos de forma desproporcional. Por exemplo, quatro vezes mais inquiridos de famílias com menor poder de compra reportaram problemas de acesso a água potável e segura (15% contra 4%). Da mesma forma, o dobro dos inquiridos de famílias com maior poder de compra foram afetados pelos incêndios florestais e pelo fumo associado, em comparação com os inquiridos de famílias com maior poder de compra (11% contra 5%). Dois terços dos que tinham dificuldades financeiras não conseguiam manter as suas casas adequadamente frescas no verão, em comparação com pouco mais de 9% dos que conseguiam sustentar-se com facilidade ou demasiada facilidade.

Os participantes mais jovens e as mulheres emergiram como os grupos mais preocupados com os futuros impactos climáticos. Enquanto isso, os inquilinos, em comparação com os proprietários, apresentaram menor probabilidade de ter medidas de resiliência implementadas nas suas casas. Por fim, considerando todos os impactos, os participantes com saúde autoavaliada como má referiram ser mais afetados pelos impactos climáticos, ao mesmo tempo que apresentaram menor probabilidade de terem medidas de resiliência implementadas nas suas casas, comparativamente aos participantes com saúde autoavaliada como boa.

Para garantir a equidade social na resiliência climática, é essencial conceber estratégias de adaptação que protejam todas as pessoas, especialmente os grupos mais vulneráveis.

Sobre a pesquisa

O relatório baseia-se em dados recolhidos através do inquérito anual da Eurofound. [Inquérito online sobre viver e trabalhar na UE](#) Em 2025, o inquérito incluiu um conjunto de questões sobre os impactos climáticos sentidos no passado, as preocupações com o futuro e as ações de resiliência. A análise das respostas a estas questões neste relatório faz parte do [Observatório Europeu do Clima e da Saúde](#). Atividades de apoio às políticas europeias de adaptação climática, com foco na saúde e no bem-estar.

O questionário online foi respondido por 27.000 pessoas de 27 países europeus. No entanto, a amostra não é totalmente representativa da população europeia (ver Caixa 1.1). Para contornar esta questão, foram aplicados pesos de pós-estratificação para reflectir a distribuição de dados demográficos importantes — como o sexo, a idade, a escolaridade e o grau de urbanização — na população em geral. Não obstante, os resultados não podem ser generalizados a toda a população europeia e as conclusões aplicam-se apenas aos inquiridos.

Não obstante, as conclusões fornecem informações valiosas sobre as experiências e perspetivas dos entrevistados e podem contribuir para a compreensão das preocupações relacionadas com o clima e dos comportamentos de adaptação.

1 Introdução

De acordo com o *Avaliação Europeia dos Riscos Climáticos* (De acordo com a EUCRA, já existem vários riscos climáticos críticos para a saúde das pessoas, o ambiente construído, as infraestruturas e os ecossistemas na Europa. Se não forem tomadas medidas decisivas agora, a maioria dos riscos climáticos identificados poderá atingir níveis críticos ou catastróficos até ao final deste século (EEA, 2024a). A gestão dos riscos climáticos atuais e futuros é reconhecida na política da UE como essencial para manter a prosperidade da Europa e a qualidade de vida dos seus residentes (CE, 2021; CE, 2024).

As opiniões dos cidadãos europeus sobre as alterações climáticas são avaliadas regularmente através de inquéritos como o Eurobarómetro bienal sobre alterações climáticas (ex.: CE, 2025a) e o inquérito anual sobre o clima do Banco Europeu de Investimento (BEI) (ex.: BEI, 2024). Este relatório conjunto da EEA/Eurofound oferece uma perspetiva adicional a este conjunto de conhecimentos, apresentando os resultados de um inquérito online a mais de 27 000 participantes em 27 Estados-Membros da UE (ver Caixa 1.1).

Mais especificamente, este relatório oferece informações sobre os tipos de impactos relacionados com o clima que os inquiridos experienciaram pessoalmente ou testemunharam nas suas comunidades. Apresenta também as suas preocupações relacionadas com o clima para o futuro. Mais importante ainda, o relatório oferece a primeira visão geral em toda a Europa sobre a perceção da implementação de medidas de resiliência climática — tanto as relatadas pelos entrevistados a nível domiciliário como as suas observações das medidas implementadas pelas autoridades. No entanto, como se baseia em dados autodeclarados e nas impressões dos entrevistados, deve ser considerado mais como um teste preliminar do que como um inventário sistemático dos esforços de adaptação.

Prevê-se que este panorama da perceção da resiliência coletiva da UE às alterações climáticas contribua para orientar os esforços no âmbito de políticas recentes e em curso, como a Estratégia da União Europeia para a Preparação (CE, 2025b) e o futuro Quadro Integrado Europeu para a Resiliência Climática e a Gestão de Riscos. A desagregação dos resultados por área geográfica e grupo socioeconómico permite compreender quais os locais e as pessoas que se encontram em maior risco e que requerem medidas mais urgentes.

Caixa 1.1

Sobre a pesquisa

Desde 2020 que a Eurofound realiza anualmente um estudo de grande escala. *Inquérito online sobre viver e trabalhar na UE* inicialmente, foi concebido para avaliar o impacto da pandemia de COVID-19 nas condições de vida e de trabalho das pessoas em toda a União Europeia (UE). A partir de 2022, o âmbito temático do inquérito online foi alargado para medir as consequências a longo prazo da pandemia, da guerra na Ucrânia e do aumento do custo de vida.

A edição de 2025 do inquérito focou-se no clima e no ambiente. Incluiu questões sobre as experiências das pessoas com os impactos climáticos, as preocupações com os riscos futuros e as medidas de resiliência adotadas pelos inquiridos ou observadas na sua região.

O inquérito online utiliza uma abordagem de amostragem não probabilística, baseada principalmente no recrutamento online através de anúncios direcionados nas redes sociais, complementada pela amostragem em bola de neve. A amostra resultante não é representativa da população em geral.

Além disso, os participantes de rondas anteriores do inquérito são convidados a participar nas ondas subsequentes. Desta forma, o painel é atualizado regularmente, mas não é representativo.

Para melhorar a representatividade do inquérito, foi aplicada a ponderação pós-estratificação para alinhar a amostra com a composição demográfica da população da UE-27 e com a de cada Estado-Membro. Em 2025, os fatores de ponderação basearam-se no sexo, idade, nível de escolaridade e região.

Entre 1 de abril e 4 de junho de 2025, o inquérito online recolheu respostas de aproximadamente 27.000 participantes em 27 Estados-Membros da UE. Destes, 16.500 eram participantes recorrentes no painel e 10.500 foram recrutados através de canais de redes sociais (incluindo anúncios no Instagram e no Facebook, bem como publicações orgânicas). Existia uma meta mínima de 500 inquiridos por país, que foi atingida pela maioria dos Estados-Membros, com exceção do Chipre, Luxemburgo e Malta. Catorze países tiveram amostras com mais de 1.000 inquiridos.

O inquérito recolheu informação sobre as características dos inquiridos (idade, sexo, tipo de habitação, facilidade em suportar as despesas, autoavaliação da saúde, tipo de domicílio, bem como localização geográfica e grau de urbanização). Estas informações permitiram a comparação das respostas entre os vários grupos. O relatório apresenta estatísticas descritivas. No entanto, foram também realizadas análises de regressão para verificar se as diferenças eram estatisticamente significativas e válidas após o controlo de outras características dos inquiridos. Apenas os resultados validados desta forma são apresentados nesta publicação.

A abordagem de amostragem não probabilística significa que as estatísticas descritivas não devem ser consideradas estimativas pontuais precisas para toda a população da UE, apesar da ponderação demográfica. No entanto, as relações, os mecanismos e as tendências identificados são estatisticamente válidos e transferíveis.

Mais informações sobre a pesquisa podem ser encontradas [aqui](#).

2 Impactos relacionados com o clima percebidos pelos entrevistados

No inquérito, os inquiridos foram questionados sobre quais os impactos climáticos selecionados (i) que vivenciaram nos últimos 5 anos (ver Anexo 1). As respostas captam as percepções dos participantes e podem incluir impactos com múltiplas causas, não atribuíveis exclusivamente às alterações climáticas. Com esta ressalva em mente, 80,5% dos inquiridos referiram ter experienciado pelo menos um dos impactos elencados no inquérito, conforme se pode observar na Figura 2.1. Em termos geográficos, os inquiridos do sul e do centro-leste da Europa foram os grupos com a maior percentagem de pessoas que referiram ter experienciado pelo menos um impacto climático, com 86,1% e 85,3%, respetivamente.

Estes resultados são consistentes com os do último inquérito do BEI, no qual 80% dos inquiridos da UE afirmaram ter experienciado pelo menos um evento climático extremo nos últimos 5 anos (BEI, 2024). A elevada percentagem de inquiridos do sul da Europa afectados por diversos impactos climáticos reflecte também as conclusões do Eurobarómetro especial de 2025 sobre as alterações climáticas (CE, 2025a). Além disso, reforça a ênfase da EUCRA (EEA, 2024a) na urgência crítica de abordar os riscos climáticos nesta região.

O calor foi o principal impacto climático reportado pelos participantes da investigação. Nos últimos 5 anos, 49,7% dos inquiridos sentiram muito calor em casa, 46,8% no local de trabalho ou na instituição de ensino e 60,7% ao ar livre. sua vizinhança. Isto indica que uma forma fundamental de reduzir os impactos do calor na saúde, no bem-estar e na produtividade das pessoas é garantir que os edifícios da UE e o ambiente de vida e de trabalho em geral são resistentes ao calor (Martinez et al., 2025; EEA, 2022a).

No geral, 34% dos inquiridos relataram um aumento notado nas picadas de mosquitos ou carraças nos últimos 5 anos. A abundância de vetores, a duração da época de picada e a probabilidade de transmissão de doenças são influenciadas pelas alterações climáticas (EEA, 2022a). A percentagem de pessoas que sofreram mais picadas foi mais elevada no sul e centro-leste da Europa (Figura 2.1), incluindo Chipre (60,9%), Grécia (59,0%) e Croácia (57,7%).

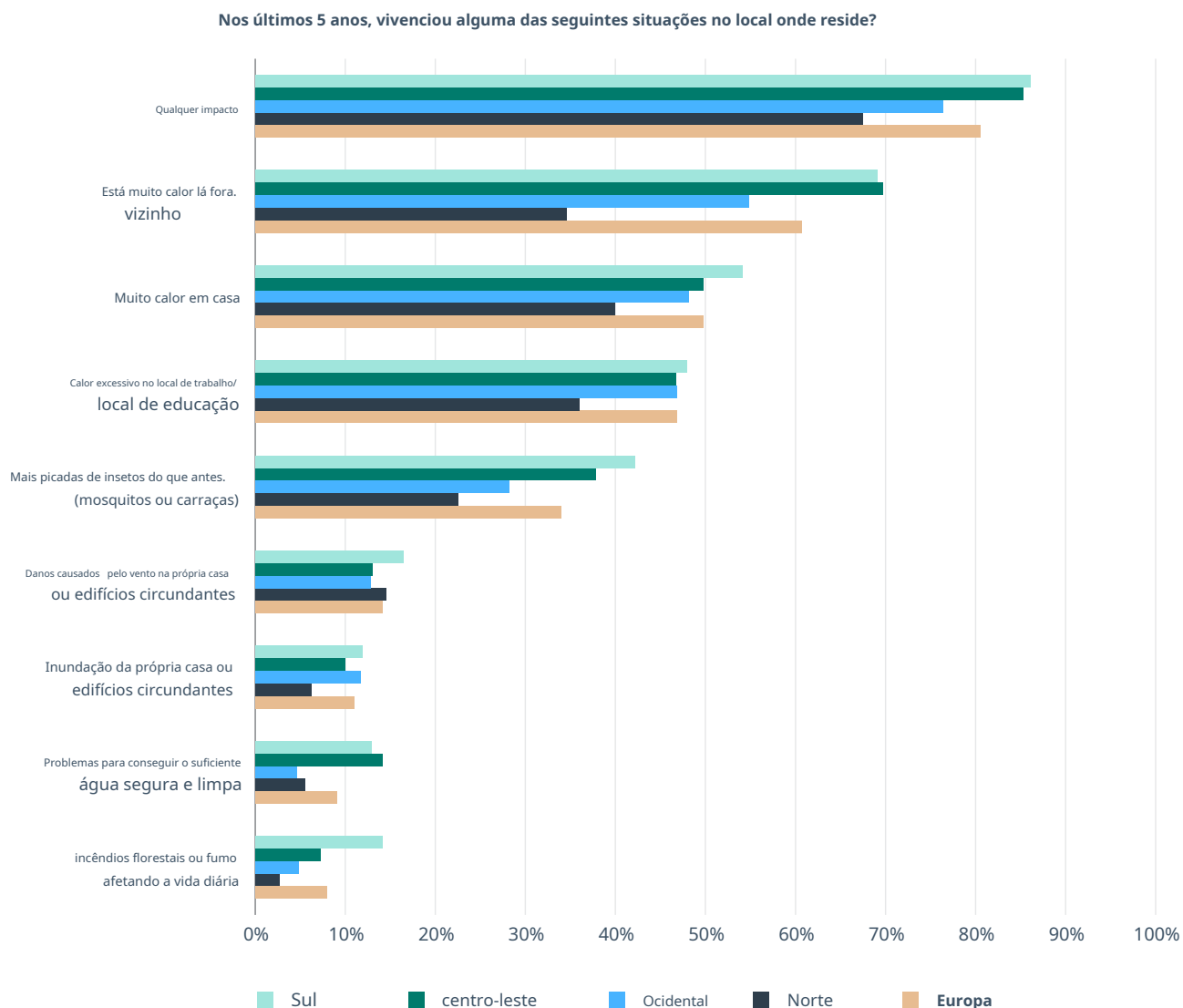
Isto é preocupante do ponto de vista da saúde pública, dado que estes países têm presença confirmada de *Aedes* mosquitos invasores (ECDC, 2025) que podem transmitir dengue, zika e chikungunya. Têm também os nativos *Culex pipiens* mosquitos (ECDC, 2023) que são capazes de transmitir a febre do Nilo Ocidental.

Nos últimos 5 anos, 14,1% dos inquiridos referiram ter sofrido danos causados pelo vento em casas ou edifícios próximos. Além disso, cerca de um décimo dos inquiridos sentiu todos os outros impactos climáticos (ver Figura 2.1).

Houve diferenças substanciais entre os países em termos da percentagem de inquiridos que sofreram os impactos. Por exemplo, a experiência de danos causados pelo vento nas casas dos inquiridos ou em edifícios próximos foi mais comum na Irlanda (43,3% dos inquiridos), mas também na Croácia (29,4%) e na Hungria (26,6%).

(i) A lista de impactos climáticos incluídos no inquérito não é exaustiva. Foi compilada pela Eurofound e pela Agência Europeia do Ambiente (AEA), em colaboração com as organizações parceiras do Observatório Europeu do Clima e da Saúde. A lista foi orientada pelos riscos reconhecidos para a prosperidade e o bem-estar da população europeia associados às alterações climáticas (AEA, 2024a; AEA, 2025c). A seleção final dos itens a incluir teve em conta a extensão da pesquisa.

Figura 2.1 Percentagem de inquiridos que sofreram impactos climáticos na sua área, por região europeia.



Notas: As divisões geográficas utilizadas neste e nos gráficos seguintes são as seguintes: Europa centro-oriental (Bulgária, Chéquia, Hungria, Polónia, Roménia e Eslováquia); Europa do Norte (Dinamarca, Estónia, Finlândia, Irlanda, Letónia, Lituânia e Suécia); Europa do Sul (Chipre, Croácia, Grécia, Itália, Malta, Montenegro, Portugal, Eslovénia e Espanha); Europa Ocidental (Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Liechtenstein, Luxemburgo, Países Baixos e Suíça).

Os resultados do inquérito para cada país podem ser encontrados em [visualizador interativo](#).

Fonte: EEA com base no Eurofound, 2025.

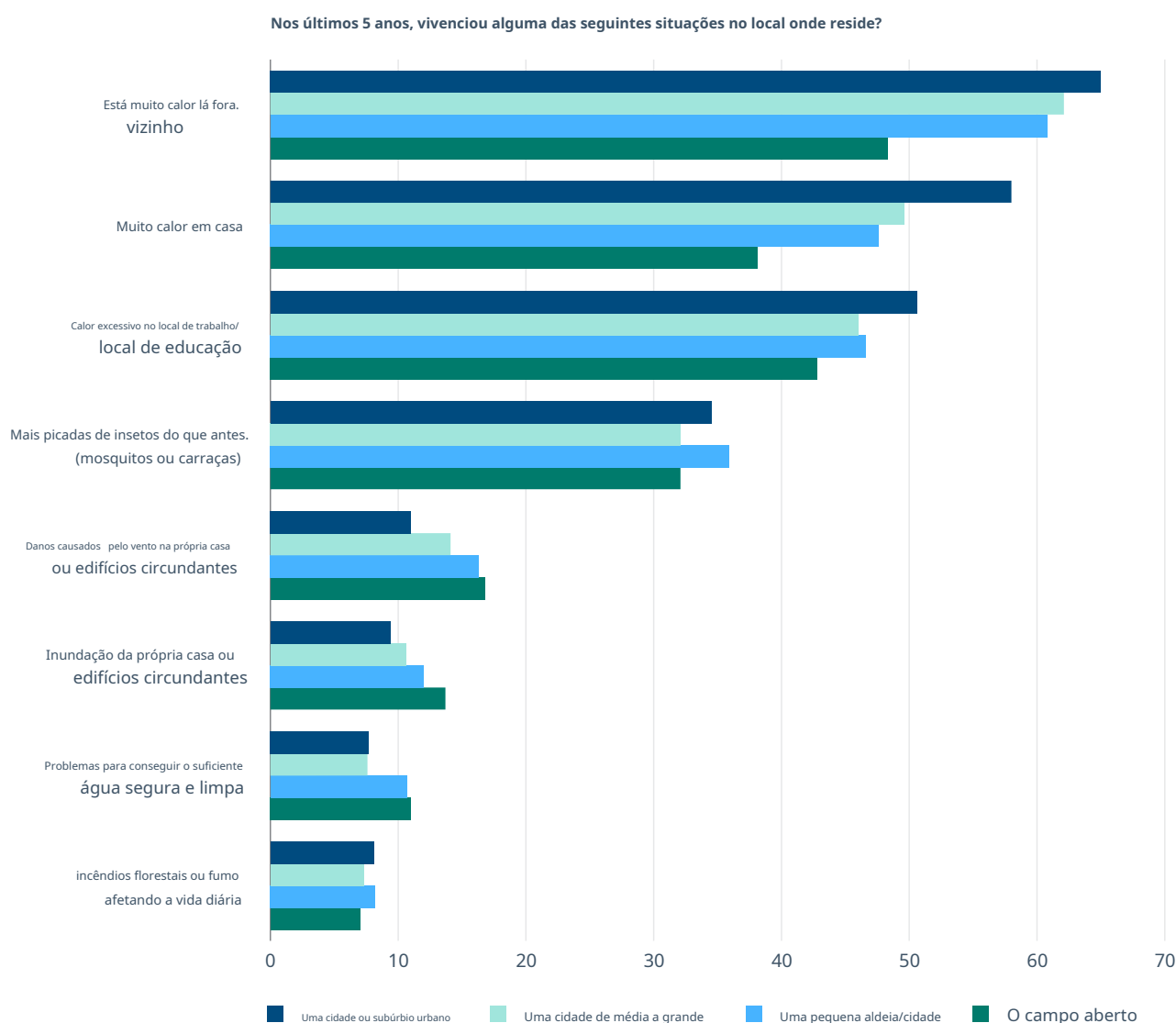
Os incêndios florestais e o fumo resultante foram mais frequentemente comunicados por pessoas da Grécia (41,1%), Portugal (35,2%) e Chipre (20,3%), em comparação com uma média de 8% em toda a Europa. A percentagem de inquiridos que experienciaram inundações nos últimos 5 anos reflectiu o padrão de inundações de grande escala durante este período. Por exemplo, uma percentagem muito mais elevada de inquiridos na Áustria (25,9%) e na Eslovénia (19,1%) referiu ter experienciado inundações do que a média europeia geral de 11%.

Os impactos relacionados com o clima foram sentidos de forma diferente consoante os inquiridos viviam num ambiente urbano ou rural. A percentagem de inquiridos que sentiu calor, tanto em ambientes interiores como exteriores, aumentou com o crescente grau de urbanização (Figura 2.2).

Em contraste, nas zonas mais urbanizadas, verificou-se uma menor percentagem de inquiridos que referiu ter sido afectado por ventos, inundações ou problemas de acesso à água.

Isto pode reflectir um nível mais elevado de protecção contra as cheias nas cidades em comparação com as áreas menos densamente povoadas, ou pode indicar um bom acesso a infra-estruturas, como o abastecimento público de água, nas cidades.

Figura 2.2 Percentagem de inquiridos que sofreram impactos climáticos na sua área, por nível de urbanização autodeclarado.



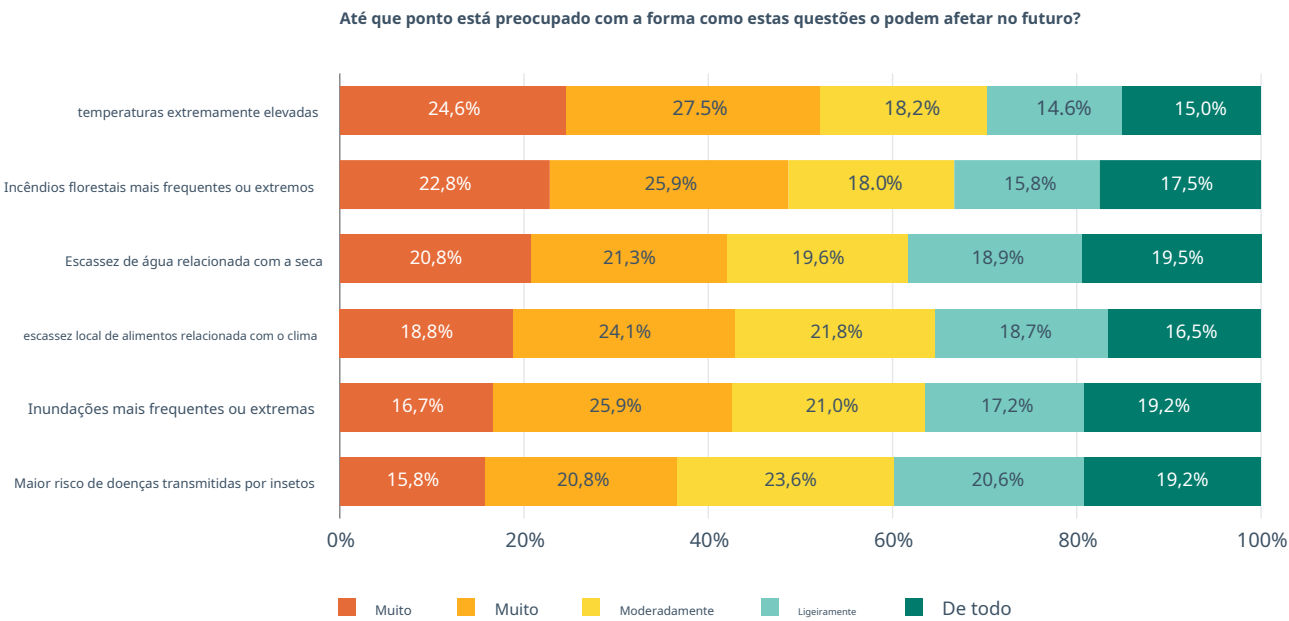
Fonte: EEA com base no Eurofound, 2025.

3Preocupação com os impactos climáticos futuros

Mais de metade dos inquiridos (52,1%) mostraram-se muito preocupados ou bastante preocupados com o impacto das temperaturas extremamente elevadas na vida quotidiana e no bem-estar no futuro. A segunda maior preocupação apontada pelos entrevistados foi a ocorrência de incêndios florestais mais frequentes ou mais extremos; 48,7% afirmaram que tal era muito ou bastante preocupante. Este dado corrobora a avaliação da EUCRA, que identificou o calor e os incêndios florestais como alguns dos riscos mais graves para a saúde humana e que exigem ações urgentes (EEA, 2024a).

Um número semelhante de inquiridos (entre 42% e 43%) mostrou-se muito ou bastante preocupado com o acesso reduzido a alimentos locais/sazonais ou a água potável e com inundações mais frequentes ou mais extremas. A maior probabilidade de contrair doenças através de picadas de mosquitos ou carraças foi a questão menos preocupante para os inquiridos (Figura 3.1).

Figura 3.1 Percentagem de inquiridos preocupados com os impactos climáticos futuros



Nota: Os resultados do inquérito para cada país podem ser encontrados em [visualizador interativo](#).

Fonte: EEA com base no Eurofound, 2025.

Existe uma clara divisão geográfica ao nível da preocupação com todos os riscos. O dobro dos inquiridos no sul da Europa, em comparação com o norte da Europa, mostraram-se muito ou bastante preocupados com as elevadas temperaturas futuras (61% contra 29,9%), com inundações mais extremas ou mais frequentes (50,2% contra 25,3%) e com incêndios florestais mais extremos ou mais frequentes (58,8% contra 29,9%).

Uma maior percentagem de inquiridos da Europa centro-oriental mostrou-se muito ou bastante preocupada com a possibilidade de contrair doenças transmitidas por carraças ou mosquitos, em comparação com os da Europa do Norte (45,1% contra 29,1%), com o acesso a água para uso diário (54,3% contra 23,2%) e com o acesso a alimentos (53,1% contra 29,9%).

Veja o [visualizador interativo](#) Para uma análise detalhada das respostas de cada país.

4 Medidas de resiliência climática reportadas pelos participantes

Embora a UE e os Estados-Membros possuam individualmente um sólido quadro político para apoiar a adaptação às alterações climáticas, existem poucas informações sobre as ações implementadas e a sua eficácia. Isto dificulta uma compreensão completa do progresso da Europa rumo à resiliência climática (EEA, 2025a).

Os resultados do inquérito apresentados neste capítulo ajudam a clarificar o nível de implementação de medidas de resiliência climática em toda a Europa. Os inquiridos foram questionados sobre se determinadas medidas de resiliência climática estavam ou não em vigor nas suas casas e sobre ações lideradas pelas autoridades que tinham observado na sua área e que contribuíam para a resiliência climática (2) (Tabela 1.1). As medidas listadas incluíam iniciativas baseadas em infraestruturas (que exigiam medidas de intervenção física) e iniciativas não baseadas em infraestruturas.

As medidas de resiliência climática listadas podem ser alinhadas com diferentes etapas do ciclo de gestão de crises:

- prevenção (minimizar os efeitos de uma crise ou desastre antes da ocorrência do evento);
- preparação (planeamento de como responder);
- resposta (ações durante uma crise ou catástrofe para minimizar o seu impacto);
- recuperação (regresso ao estado anterior à crise ou desastre) (EEA, 2017; CE, 2025c).

Tabela 1.1 Medidas de resiliência incluídas no inquérito

	Medida de resiliência climática	Baseado em infraestruturas?	Fase de crise ciclo de gestão
Nível domiciliar	Isolamento de paredes ou telhado	Sim	Preparação
	Ar condicionado ou ventilação	Sim	Preparação
	Sombreamento	Sim	Preparação
	proteção contra inundações	Sim	Preparação
	Recolha de água da chuva	Sim	Preparação
	Sistema de energia de reserva ou gerador	Sim	Preparação
	Kit de emergência	Não	Preparação/Resposta
	Seguro habitação com cobertura para eventos climáticos extremos.	Não	Preparação/Recuperação
Liderada pela autoridade	Avisos ou alertas para eventos climáticos extremos	Não	Preparação
	Campanhas de sensibilização sobre os riscos e as medidas a tomar em caso de condições meteorológicas extremas.	Não	Preparação
	Estão a ser plantadas mais árvores ou o acesso a espaços verdes foi melhorado.	Sim	Prevenção
	Fornecimento de centros de refrigeração	Sim	Preparação
	Alterações nos horários de trabalho/estudo para evitar atividades nas horas ou dias mais quentes.	Não	Preparação/Resposta
	Prevenção de inundações	Sim	Prevenção
	Restrições ao uso de água durante períodos de seca	Não	Preparação/Resposta
	Medidas de controlo de mosquitos	Não	Prevenção

Nota: Consulte o Anexo 1 para a formulação exata das questões relacionadas com as medidas de resiliência climática.

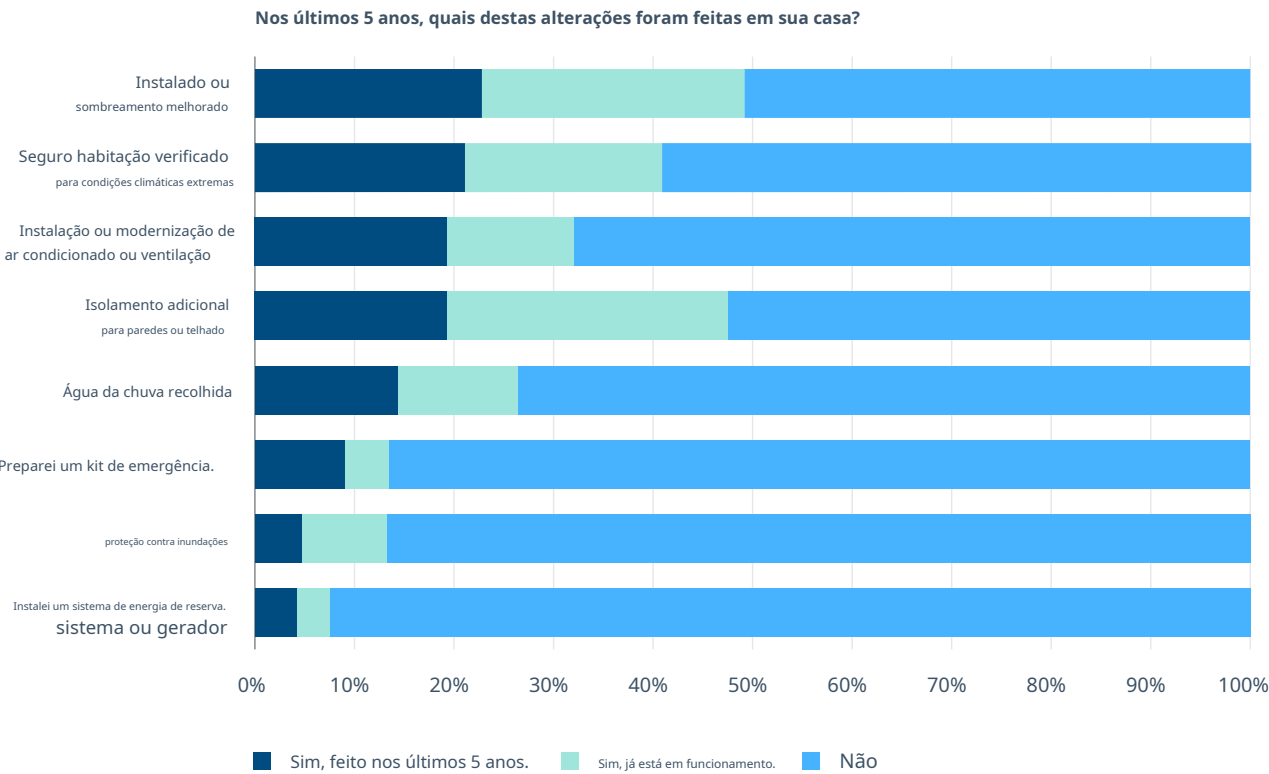
Fonte: EEA com base no Eurofound, 2025.

(2) O termo "a sua área" não foi especificado com mais detalhe na pesquisa e ficou aberto a interpretações.

4.1 resiliência ao nível das famílias

Embora 77,9% dos inquiridos tivessem pelo menos uma das medidas de resiliência climática listadas no inquérito implementado nas suas habitações, nenhuma destas medidas estava presente em mais de metade das habitações dos inquiridos (Figura 4.1). Algumas medidas (como, por exemplo, a protecção contra as cheias) podem não ser relevantes para contextos onde não existem determinados riscos. No entanto, uma baixa percentagem de inquiridos possuía medidas mais universais (como um kit de emergência ou uma fonte de energia de reserva). Os resultados, de um modo geral, sugerem uma falta de preparação para os riscos climáticos e outras crises a nível domiciliário em toda a Europa.

Figura 4.1 Percentagem de inquiridos com medidas de resiliência climática em casa



Nota: Os resultados do inquérito para cada país podem ser encontrados em [visualizador interativo](#).

Fonte: EEA com base no Eurofound, 2025.

Duas das medidas mais comuns adotadas em casa visam combater o calor. A medida mais frequente nas habitações foi o sombreamento; 49,2% dos inquiridos referiram tê-la implementado. Trata-se de uma medida de adaptação relativamente acessível, sendo que tanto o sombreamento interior como o exterior são eficazes na redução da temperatura interior dos edifícios (Martinez et al., 2025).

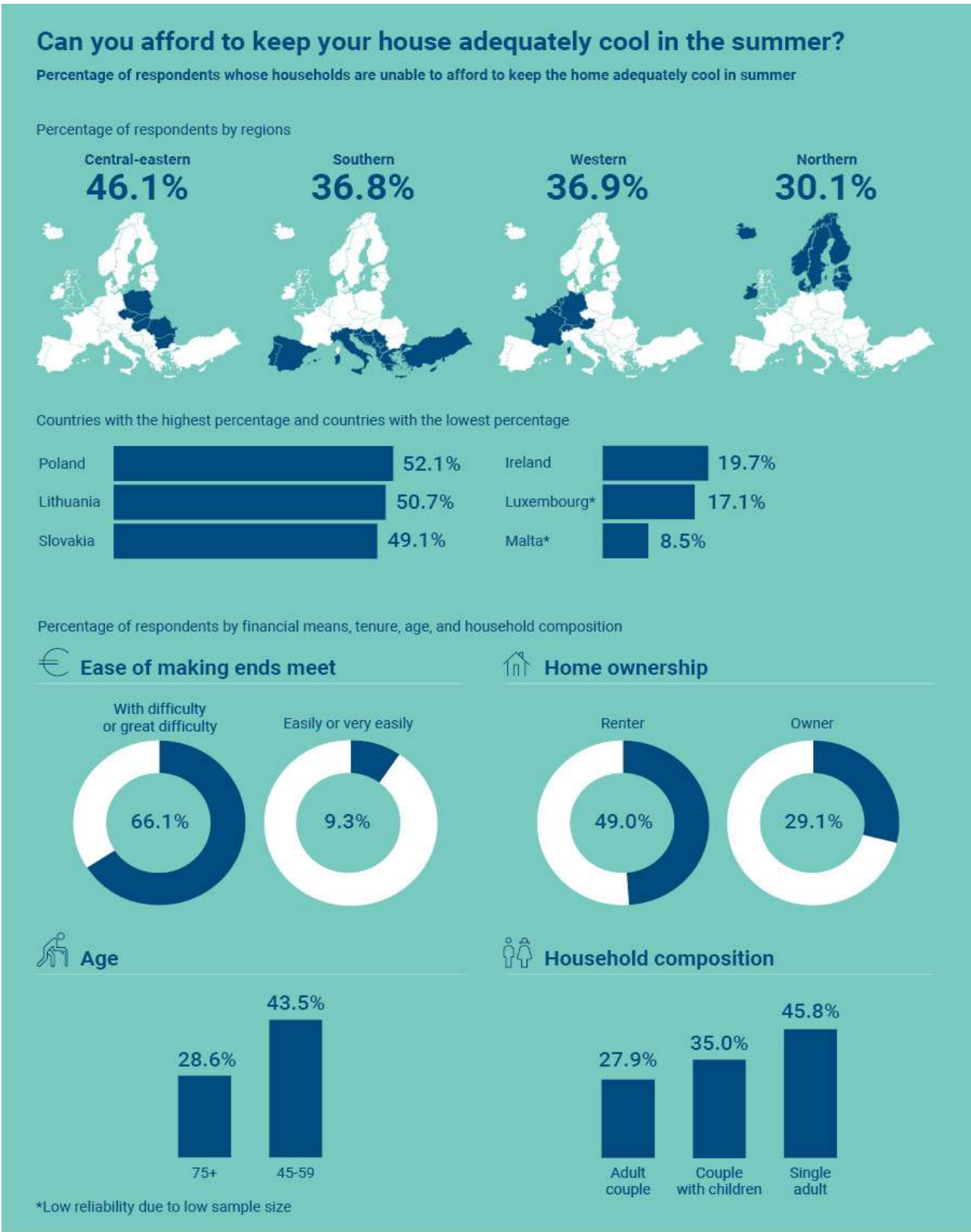
A segunda medida mais popular foi o isolamento de telhados e paredes (47,6%). Em edifícios bem concebidos, isto pode reduzir o sobreaquecimento, mas em edifícios que carecem de ventilação, sombreamento ou massa térmica adequados, pode piorar o sobreaquecimento (Martinez et al., 2025); assim, a eficácia desta medida depende do contexto. Por exemplo, em 2023 *Inquérito Europeu sobre Rendimento e Condições de Vida*, apenas 24,2% dos inquiridos em 16 países europeus consideraram que o sistema de refrigeração e o isolamento térmico das suas habitações eram suficientes para manter as habitações adequadamente frescas durante o verão (Eurostat, 2023).

No geral, 32,1% dos inquiridos referiram ter instalado ou modernizado sistemas de ar condicionado ou ventilação. Embora o ar condicionado possa ser eficaz na proteção da saúde, especialmente para indivíduos vulneráveis, o uso excessivo deste equipamento é um exemplo de má adaptação. Acarreta problemas relacionados com a procura de pico de eletricidade, e o calor gerado pelos equipamentos pode contribuir para o efeito de ilha de calor urbana (EEA, 2022c).

Além disso, o arrefecimento mecânico — ar condicionado, ventilação ativa ou o uso de ventoinhas — requer investimento inicial e consumo de eletricidade, gerando custos adicionais para as famílias. Isto pode estar a impedir as pessoas de instalarem ou utilizarem tais medidas.

Quando questionados se tinham condições para manter as suas casas adequadamente frescas no verão, 38,2% dos inquiridos responderam negativamente. A maior percentagem de inquiridos que não tinham condições para manter as suas casas frescas no Verão verificou-se na Europa centro-oriental (46,1%), em comparação com 30,1% na Europa do Norte (Figura 4.2).

Figura 4.2 Percentagem de inquiridos cujas famílias não têm condições para manter a casa adequadamente fresca no verão.



Fonte: EEA com base no Eurofound, 2025.

No geral, 40,8% dos inquiridos referiram ter um seguro de habitação contra condições meteorológicas extremas. Houve diferenças substanciais entre os países em relação à percentagem de inquiridos que referiram ter este seguro. Na Suécia, 17,4% dos inquiridos possuíam-no, contra 70,1% no Luxemburgo.

Os diferentes sistemas de seguros em vigor em cada país influenciam a disponibilidade e a acessibilidade dos seguros. De acordo com a Autoridade Europeia de Seguros e Pensões Complementares de Reforma (2024), a Grécia, a Itália e a Roménia apresentaram as maiores lacunas de proteção contra catástrofes naturais, devido a uma combinação de riscos e baixa penetração de seguros. O seguro contra inundações revelou-se particularmente inacessível em áreas de alto risco na Polónia e em Portugal, seguindo-se várias regiões na Croácia, na Alemanha e nos Países Bálticos (Tesselaar et al., 2020). Os resultados do inquérito da Eurofound (2025) aqui apresentados reflectem, em certa medida, estes padrões (ver [visualizador interativo](#)). No entanto, estes dados devem ser interpretados com cautela, dado que a amostra do inquérito não era representativa e a informação foi autodeclarada pelos inquiridos. Além disso, a cobertura de seguro autodeclarada pode estar sujeita a um viés de memória, uma vez que os inquiridos podem não se lembrar ou compreender com precisão os termos específicos das suas apólices referentes à proteção contra condições meteorológicas extremas.

Mais de um quarto dos inquiridos afirmou recolher a água da chuva em casa para utilização em períodos de seca. Em alguns países, como a Bélgica, a República Checa e a Eslovénia, mais de 40% dos inquiridos possuíam um sistema de recolha de águas pluviais. Um número considerável de inquiridos referiu ter instalado sistemas de recolha de água da chuva nos últimos 5 anos (por exemplo, 26,7% dos inquiridos na República Checa, seguidos por quase um quarto dos inquiridos na Estónia e na Eslováquia).

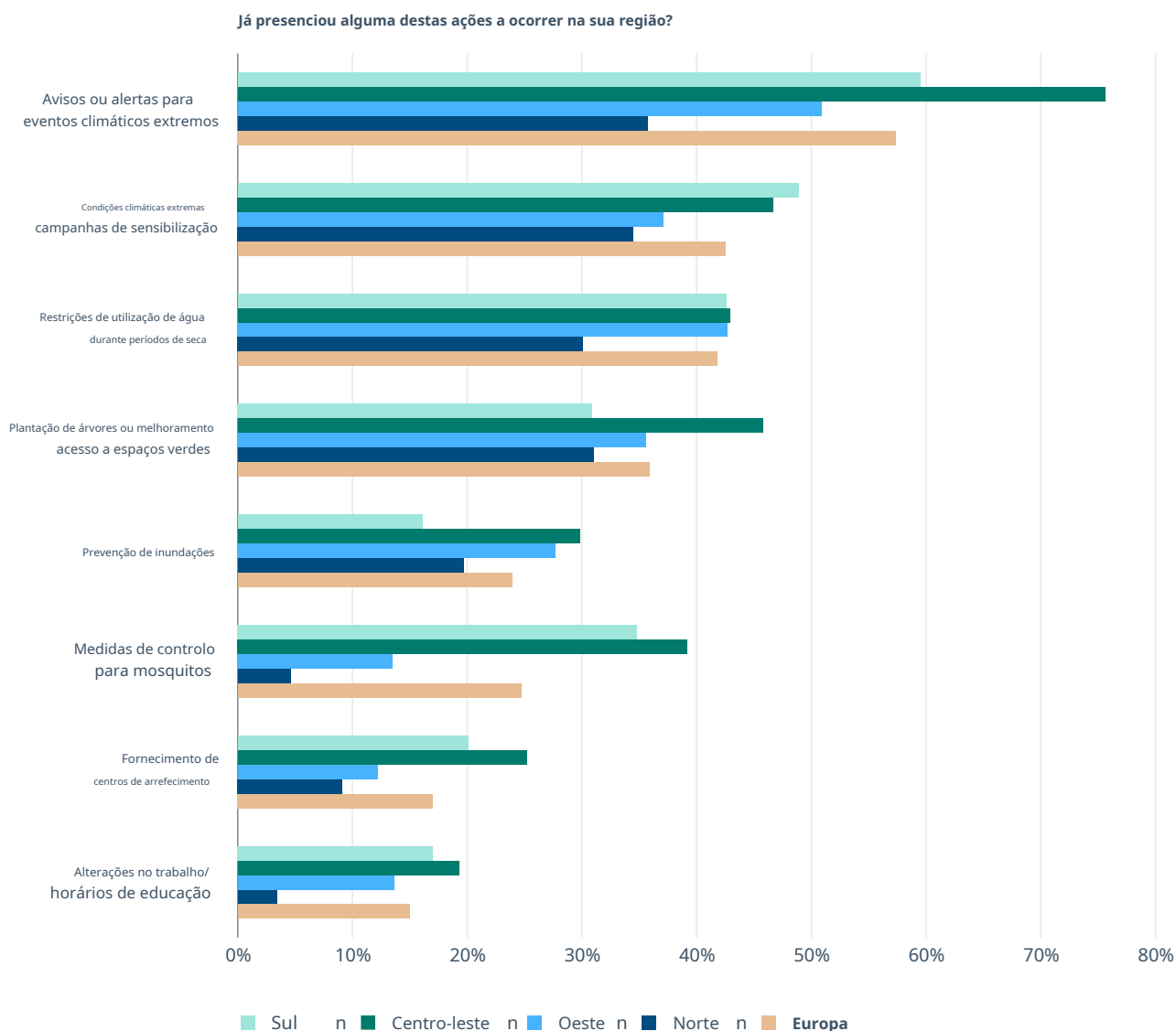
Entre as medidas menos frequentemente reportadas estava a proteção contra inundações; apenas 13,2% dos inquiridos referiram ter implementado medidas deste tipo. A proteção contra inundações ao nível da propriedade é aplicável apenas em áreas que possam ser propensas a inundações e requer investimentos substanciais e alterações estruturais na residência.

No entanto, ter um kit de emergência preparado é uma medida simples e relativamente barata de implementar. Apesar disso, apenas 13,5% dos agregados familiares dos inquiridos possuíam kits. Na Dinamarca, na Estónia e na Suécia, uma percentagem substancial dos inquiridos (mais de 22% em cada um destes países) adoptou esta medida nos últimos 5 anos. Isto pode estar relacionado com os recentes apelos dos seus governos para que os cidadãos se preparem para possíveis crises associadas à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia.

4.2 Ações de resiliência percebidas nas áreas dos respondentes

No geral, 82,2% dos inquiridos referiram ter visto pelo menos uma das medidas de resiliência climática lideradas pelas autoridades, listadas no inquérito, na sua área local (Figura 4.3). As medidas mais frequentemente reportadas — alertas e avisos precoces (mencionados por mais de 57% dos inquiridos) e campanhas de sensibilização (mencionadas por 42,5% dos inquiridos) — correspondem a uma boa cobertura destas ações nas políticas nacionais de adaptação e nas estratégias nacionais de saúde (Observatório Europeu do Clima e da Saúde, 2022). Além disso, os planos de ação relacionados com o calor e a saúde — incluindo alertas sobre temperaturas elevadas — estão em vigor em 19 dos 27 Estados-Membros da UE (EEA, 2024c). Isto pode explicar, em parte, o elevado número de inquiridos que observaram alertas e avisos.

Figura 4.3 Percentagem de inquiridos que observaram medidas de resiliência climática na sua área.



Nota: Os resultados do inquérito para cada país podem ser encontrados em [visualizador interativo](#).

Fonte: EEA com base no Eurofound (2025).

Os sistemas de alerta precoce são uma das medidas mais eficazes em termos de custo contra eventos climáticos extremos (EEA, 2020; EEA, 2024b). Se forem implementados corretamente, podem reduzir os impactos dos eventos climáticos extremos nas pessoas. Por exemplo, durante as cheias na Europa Central em 2024, o número de mortes foi inferior ao das cheias anteriores. Isto ocorreu apesar da precipitação ter sido mais intensa e as inundações terem ocorrido em maior escala. O menor número de mortes foi atribuído ao bom funcionamento dos sistemas de alerta precoce (World Weather Attribution, 2024). Assim, a constatação de que estão a ser amplamente utilizados deve ser vista como um aspecto positivo da preparação para as alterações climáticas.

Além disso, mais de 4 em cada 10 inquiridos tiveram contacto com campanhas de sensibilização sobre as alterações climáticas ou eventos climáticos extremos na sua região; este tipo de medidas pode aumentar a eficácia dos alertas e avisos precoces. O conhecimento sobre como agir em caso de emergência é essencial para garantir que os avisos ou alertas emitidos pelas autoridades são eficazes.

são eficazes (e.g., Diakakis et al., 2022). No último inquérito do BEI, a educação do público sobre os comportamentos a adotar para prevenir ou responder a problemas causados por fenómenos meteorológicos extremos foi destacada como uma importante medida de adaptação por 38% dos inquiridos (BEI, 2024).

A terceira medida mais frequentemente referida — restrições ao uso de água devido a secas — foi reportada por 41,8% dos inquiridos. A parte da população da UE afectada pela escassez de água está a aumentar no contexto das alterações climáticas e da gestão insustentável dos recursos hídricos (EEA, 2025d). Como resultado, as restrições ao uso de água estão a tornar-se mais comuns. Por exemplo, 48% dos planos de ação climática municipais implementados na Europa descrevem medidas de conservação da água (incluindo racionamento/restrições e reutilização de águas cinzentas) (EEA, 2024b).

No geral, 35,9% dos inquiridos relataram um aumento na plantação de árvores ou uma melhoria no acesso a espaços verdes nas suas áreas. Esta foi a medida de resiliência climática baseada em infraestruturas mais referida pelos participantes. As soluções baseadas na natureza — ou seja, as medidas para lidar com os impactos climáticos inspiradas ou apoiadas pela natureza — são reconhecidas na política da UE como uma opção fundamental de adaptação climática (por exemplo, CE, 2021) e já são utilizadas com frequência. Por exemplo, uma análise dos planos de acção climática urbana na Europa constatou que 9 em cada 10 planos incluíam medidas relacionadas com o ambiente, as áreas verdes e a biodiversidade (EEA, 2024b). No inquérito do BEI (2024), 42% dos inquiridos da UE identificaram que uma das principais prioridades para a adaptação climática local é o arrefecimento das cidades através da arborização das ruas e da criação de espaços verdes.

As medidas de controlo de mosquitos foram observadas por 24,7% dos inquiridos. Um inquérito do Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças sugere que 18 dos 26 países europeus participantes implementaram alguma forma de controlo de mosquitos em 2021 (ECDC, 2021). O clima em grande parte da Europa está a tornar-se mais propício às doenças transmitidas por mosquitos (van Daalen et al., 2024) e, por isso, a necessidade de utilização desta medida poderá aumentar no futuro.

Pouco menos de um quarto dos inquiridos (23,9%) referiu ter visto medidas de prevenção de cheias implementadas na sua região. Esta é uma proporção relativamente elevada, dado que nem todos vivem numa área que necessite de protecção contra inundações provenientes de rios, zonas costeiras ou escoamento superficial.

De todas as medidas elencadas, as duas que o menor número de inquiridos referiu ter encontrado foram a disponibilização de centros de arrefecimento (edifícios com ar condicionado disponíveis ao público) e alterações nos horários de trabalho ou de estudo para evitar a hora mais quente do dia.

Para muitas das medidas de resiliência climática lideradas pelas autoridades, a Europa centro-oriental foi a região com a maior percentagem de inquiridos que referiram tê-las encontrado. A Europa do Norte foi a região com as percentagens mais baixas para muitas das medidas listadas (Figura 4.3).

É possível observar diferenças substanciais nas percepções dos entrevistados de diferentes países (ver [ovisualizador interativo](#)). Por exemplo, mais de 90% dos inquiridos na Polónia e em Portugal tinham recebido alertas sobre condições meteorológicas extremas, em comparação com 18,2% na Dinamarca ou 23,3% na Suécia. Em Portugal e na Lituânia, mais de 70% dos inquiridos reportaram campanhas de sensibilização nas suas localidades.

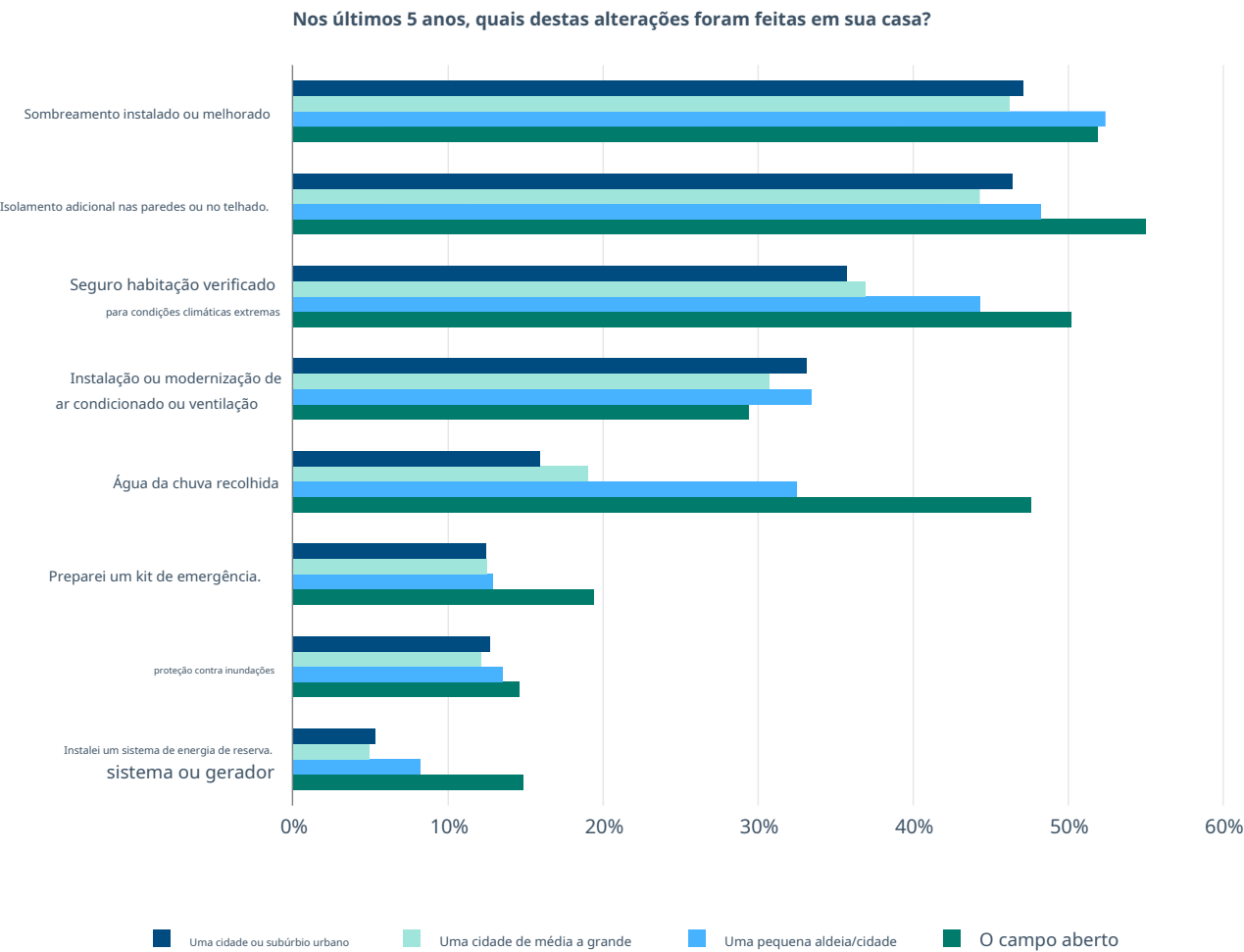
Quase 60% dos inquiridos da Hungria referiram ter visto mais árvores e espaços verdes na sua região. Uma elevada percentagem de inquiridos da Grécia (45%) e da Roménia (mais de 40%) referiu ter conhecimento de centros de arrefecimento na sua região. A Áustria, a República Checa e a Eslovénia apresentaram a maior percentagem de inquiridos que observaram medidas de prevenção de cheias na sua região (mais de 40%).

4.3 Diferenças entre inquiridos urbanos e rurais

Em relação à resiliência a nível doméstico, uma maior percentagem de pessoas que vivem em zonas rurais abertas implementou medidas de resiliência climática em casa, em comparação com as que vivem em zonas mais urbanizadas (Figura 4.4). Cerca de três vezes mais inquiridos no campo possuíam sistemas de recolha de água da chuva, em comparação com os que vivem nas cidades (47,6% e 15,9%, respetivamente), ou um sistema de fornecimento de energia/gerador de reserva (14,8% em comparação com 5,3%). Isto pode ser explicado por:

- uma percentagem mais elevada de pessoas nas zonas rurais que vivem em casas em vez de apartamentos (Eurostat, 2024);
- maior incidência de propriedade de imóveis em meio rural;
- Uma maior necessidade de auto-suficiência nas zonas rurais devido à baixa densidade populacional, juntamente com infra-estruturas e instalações escassas.

Figura 4.4 Percentagem de inquiridos que indicaram medidas de resiliência climática ao nível das suas famílias, por nível de urbanização autodeclarado.

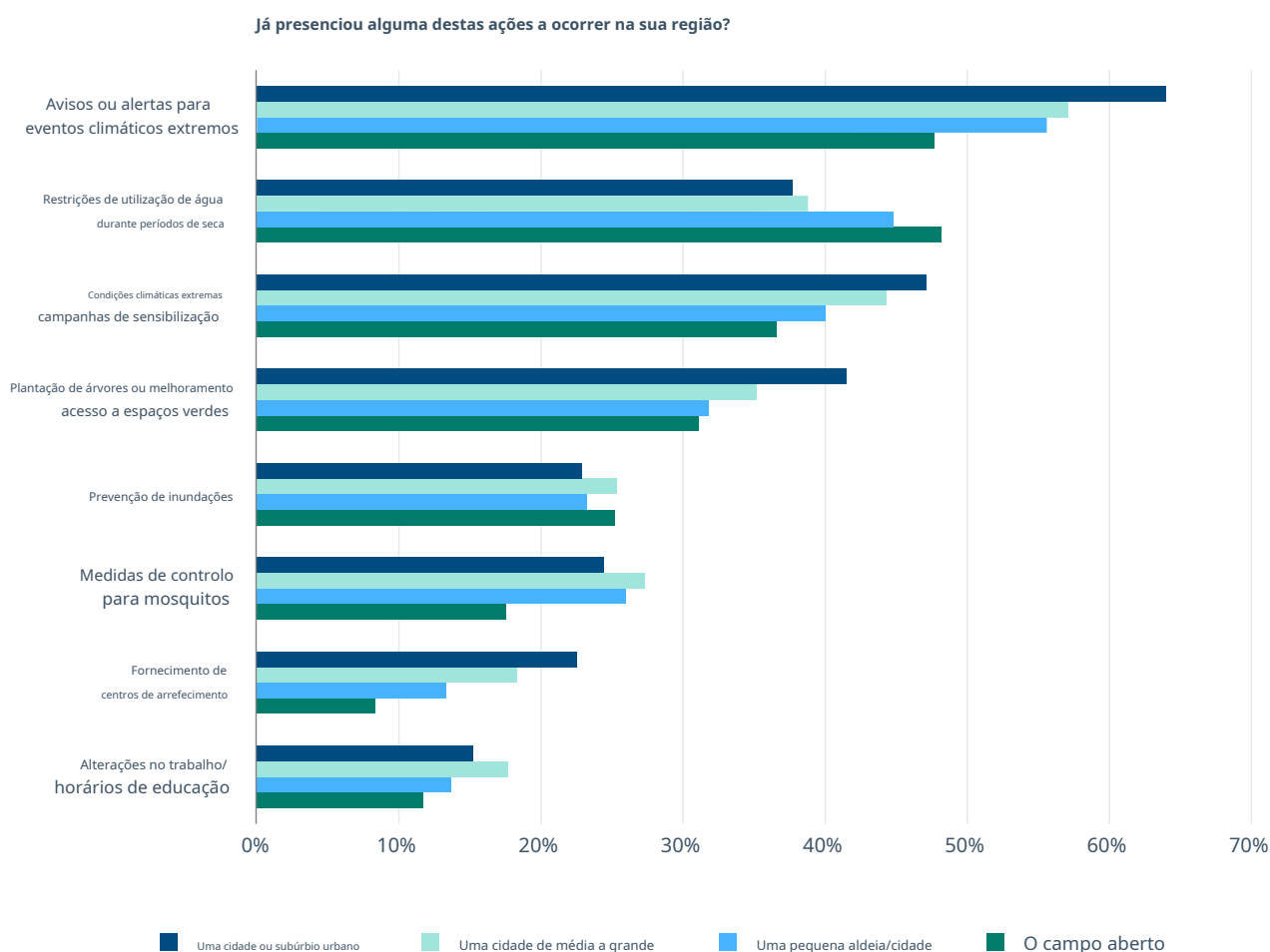


Fonte: EEA com base no Eurofound (2025).

Em contrapartida, a maioria das medidas de resiliência climática lideradas pelas autoridades foram observadas por uma maior percentagem de inquiridos em cidades e vilas em comparação com os inquiridos de aldeias e zonas rurais (com excepção das restrições ao uso da água e da prevenção de inundações, que foram mais frequentemente relatadas pelos habitantes rurais; Figura 4.4). Isto pode ser atribuído à maior densidade populacional nas cidades e, consequentemente, à maior exposição geral de pessoas e bens aos riscos climáticos, o que aumenta a necessidade e a viabilidade de medidas de adaptação.

No entanto, isto também pode reflectir a maior capacidade das cidades maiores para agir em termos de adaptação. Por exemplo, uma análise anterior da Agência Europeia do Ambiente (EEA) sobre as ações de adaptação dos signatários do Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia indicou que os municípios com mais de 50.000 habitantes eram mais propensos a implementar ações direcionadas às altas temperaturas, como o plantio de árvores e o aumento das áreas verdes urbanas, em comparação com os municípios mais pequenos (EEA, 2020). Além disso, os municípios e as cidades mais pequenas tendem a ficar atrás das grandes cidades em termos de avaliações de risco e vulnerabilidade climática, apoio político para ações de adaptação e disponibilidade de financiamento para adaptação (EEA, 2020; Venner et al., 2025).

Figura 4.5 Percentagem de inquiridos que percecionam medidas de resiliência climática lideradas pelas autoridades, por nível de urbanização autodeclarado.



Fonte: EEA com base no Eurofound, 2025.

5 Diferenças entre os grupos de inquiridos

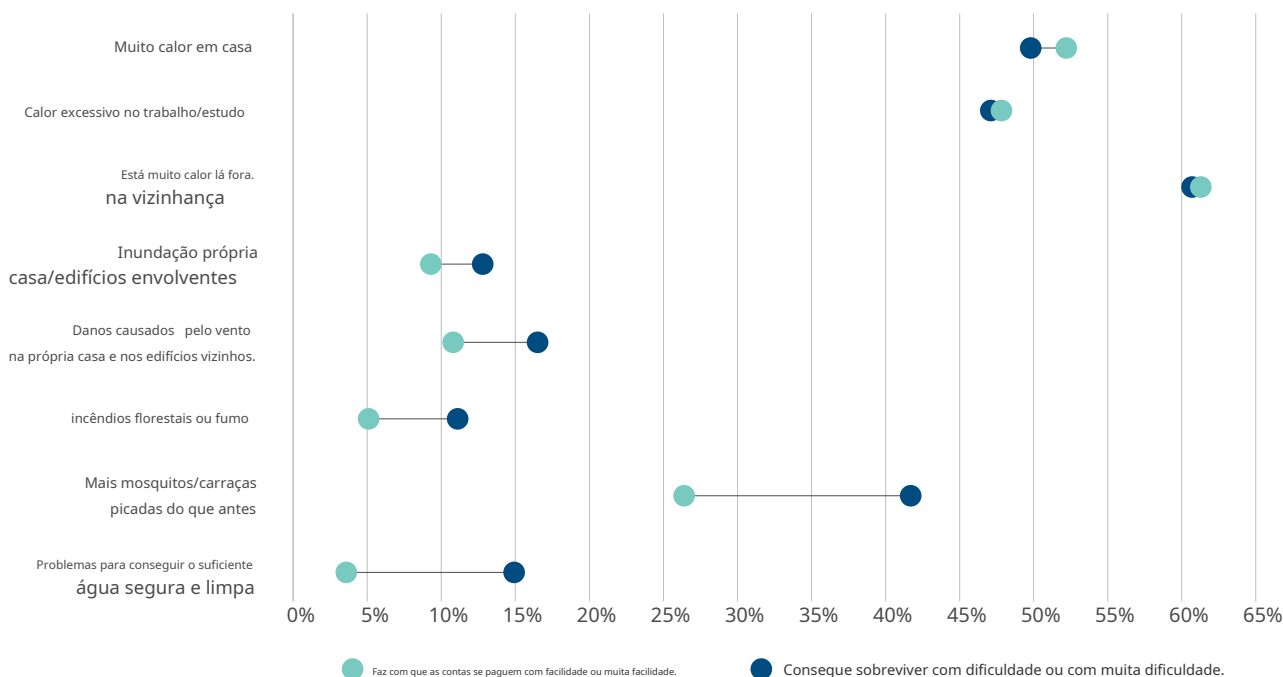
5.1 Recursos financeiros familiares

A situação financeira das famílias foi estimada perguntando aos inquiridos o quão fácil ou difícil era para eles fechar as contas no final do mês (3Em relação a quase todos os riscos climáticos — com exceção do calor — uma maior percentagem de inquiridos que responderam ter muita dificuldade ou dificuldade em fechar as contas referiu ter sido impactado nos últimos 5 anos, em comparação com aqueles que responderam que era muito fácil ou fácil fechar as contas.

Mais do dobro dos inquiridos do grupo com dificuldades financeiras reportaram incêndios florestais ou fumo nas suas residências, em comparação com os inquiridos que conseguiam sustentar-se com facilidade ou muita facilidade. A maior diferença relativa entre os inquiridos com e sem dificuldades financeiras estava relacionada com problemas de acesso a água potável e segura. Quatro vezes mais famílias com dificuldades financeiras do que famílias com segurança financeira apresentaram problemas nesta área.

Como seria de esperar neste contexto, os níveis de preocupação com os impactos futuros foram também mais elevados entre aqueles que lutavam para sobreviver em relação a quase todos os impactos. A única exceção foi a previsão de temperaturas futuras elevadas; percentagens semelhantes de inquiridos em cada grupo manifestaram preocupação com este factor (Figura 5.1).

Figura 5.1 Percentagem de inquiridos que sofreram impactos climáticos na sua região, por condição financeira familiar.



Fonte: EEA com base no Eurofound, 2025.

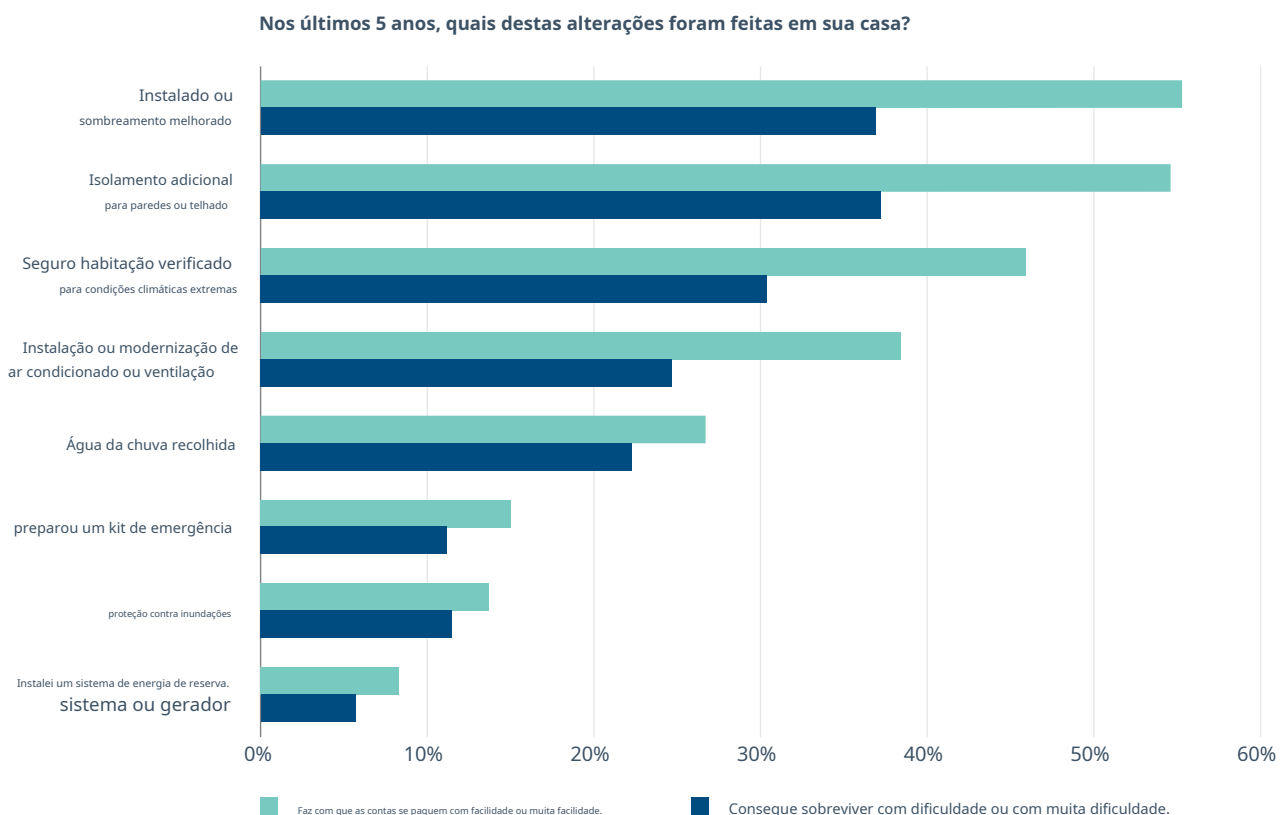
(A questão foi formulada da seguinte forma: "Uma família pode ter diferentes fontes de rendimento e mais do que um membro da família pode contribuir para ela. Considerando o rendimento mensal total da sua família, a sua família consegue fechar as contas...". As opções de resposta eram: "Com muita dificuldade", "Com dificuldade", "Com alguma dificuldade", "Com relativa facilidade", "Facilmente", "Muito facilmente", "Não sei" e "Prefiro não responder".

Quase o dobro dos inquiridos que tinham dificuldade ou grande dificuldade em pagar as contas não possuíam nenhuma das medidas de resiliência climática listadas no questionário do inquérito ao domicílio (31,8%), em comparação com 16,0% dos que conseguiam pagar as contas com muita facilidade ou facilidade. Para cada medida de resiliência climática a nível do agregado familiar, uma percentagem mais baixa de inquiridos com dificuldades em pagar as contas possuía a medida em casa, em comparação com os inquiridos que conseguiam pagar as contas mais facilmente (Figura 5.2). Estes resultados sugerem que existem desigualdades consideráveis entre grupos de diferentes níveis socioeconómicos em relação à preparação domiciliária para eventos climáticos extremos.

A acessibilidade financeira será provavelmente o principal obstáculo a uma ampla adoção de medidas de resiliência. Enquanto 9,3% dos inquiridos que conseguem sustentar-se com facilidade ou muita facilidade não tinham condições para manter as suas casas adequadamente frescas no verão, entre aqueles que têm dificuldades ou grandes dificuldades em sustentar-se, este número foi sete vezes superior (66,1%) (Figura 4.2).

As desigualdades podem ser agravadas pelo facto de alguns dos métodos comumente utilizados para melhorar a estrutura das habitações, como os subsídios para o isolamento de telhados ou paredes, tenderem a beneficiar desproporcionalmente os grupos de rendimentos mais elevados, que têm os meios financeiros para comprar os artigos subsidiados, como os materiais para remodelações de casas (Parlamento Europeu, 2024).

Figura 5.2 Percentagem de inquiridos que reportaram medidas de resiliência climática ao nível do agregado familiar, por condições financeiras do agregado familiar.



Nota: As medidas de resiliência climática ao nível das famílias incluem tanto as já instaladas como as implementadas nos últimos 5 anos.

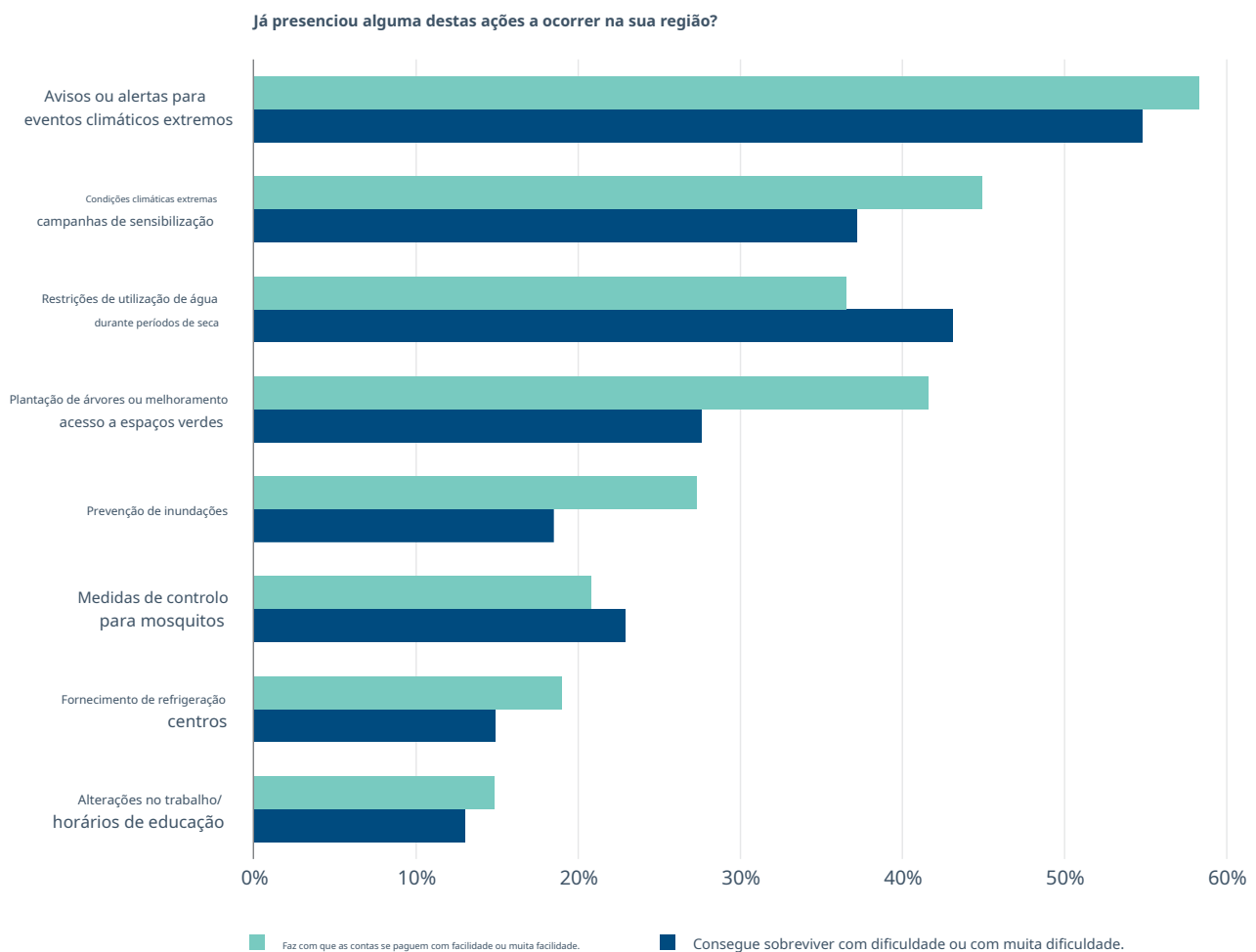
Fonte: EEA com base no Eurofound, 2025.

No que respeita às medidas de resiliência climática lideradas pelas autoridades — nomeadamente a prevenção de cheias, a plantação de árvores/arborização urbana, a disponibilização de centros de refrigeração e as campanhas de sensibilização — uma maior percentagem de inquiridos com facilidade ou que conseguem sustentar-se com facilidade reportou ter visto estas medidas na sua área, em comparação com aqueles que têm dificuldades em sustentar-se (Figura 5.3). Reconhece-se que os grupos de baixos rendimentos nem sempre beneficiam de forma equitativa das atividades de adaptação (EEA, 2022b). Isto pode dever-se ao facto de as pessoas de zonas financeiramente desfavorecidas terem menos condições para defender determinadas medidas, como a arborização urbana, em comparação com as comunidades mais abastadas.

Além disso, os preços das casas e as rendas em zonas mais verdes tendem a ser mais elevados, impedindo que os residentes menos abastados lá vivam. As análises de custo-benefício aplicadas no planeamento das defesas contra inundações podem levar à priorização de áreas com elevado valor imobiliário para investimento, uma vez que representam a melhor justificação comercial em termos financeiros (EEA, 2025b).

Embora os resultados aqui apresentados reflitam as percepções dos indivíduos em vez de representarem uma avaliação factual do estado de implementação de várias medidas, contribuem, ainda assim, para a compreensão da justiça social na adaptação às alterações climáticas na Europa.

Figura 5.3 Percentagem de inquiridos que percecionam medidas de resiliência climática lideradas pelas autoridades, por condição financeira das famílias.

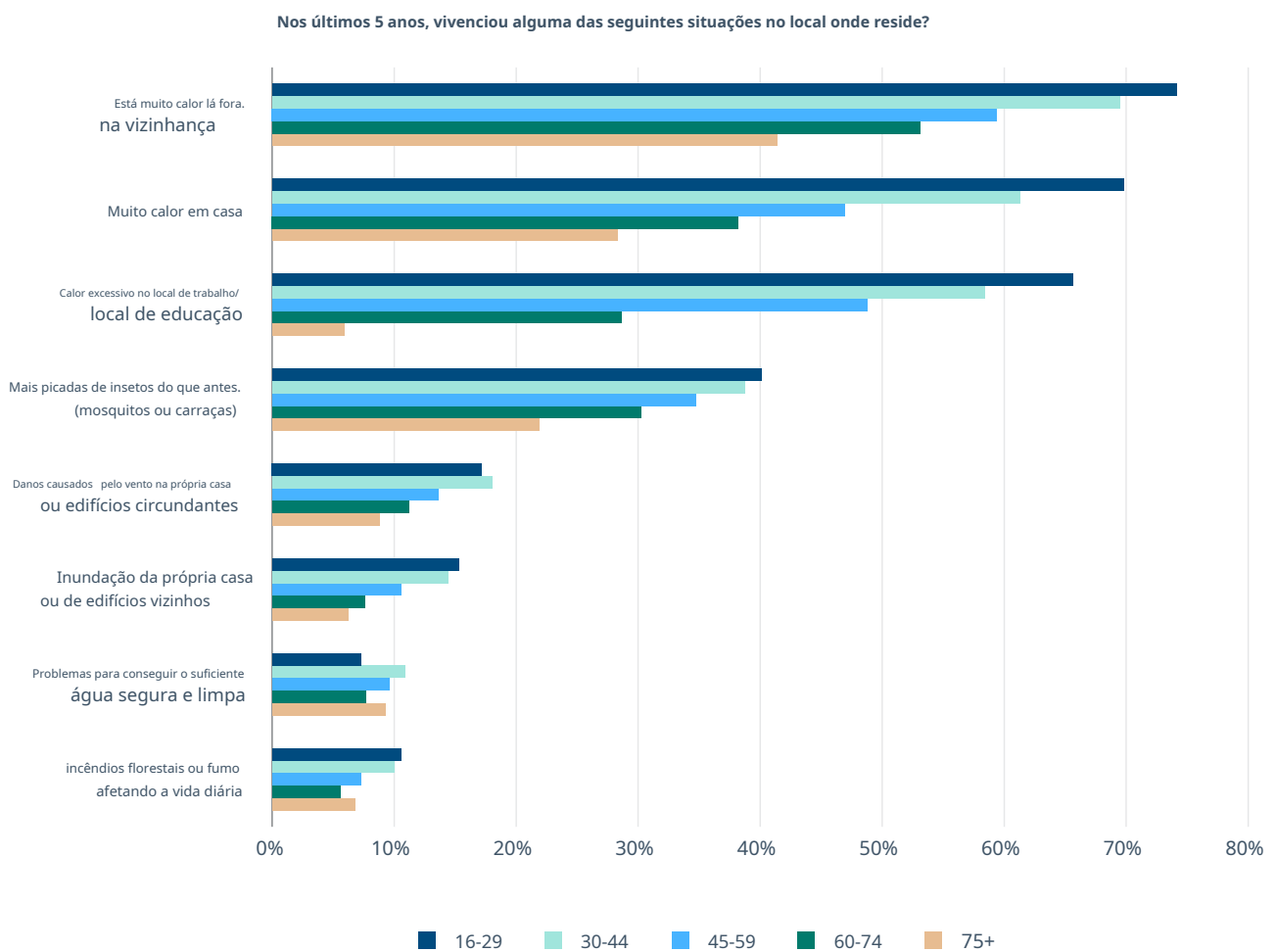


Fonte: EEA com base no Eurofound, 2025.

5.2 Idade

Para quase todos os impactos relacionados com o clima incluídos no questionário, uma maior percentagem de inquiridos do grupo etário mais jovem experienciou-os em comparação com os grupos mais velhos (Figura 5.4); os inquiridos mais jovens também se mostraram consistentemente mais preocupados com as questões futuras das alterações climáticas do que o grupo mais velho (Figura 5.6). Isto está em linha com as conclusões do relatório especial do Eurobarómetro de 2025 sobre as alterações climáticas, no qual os inquiridos mais jovens estavam entre os grupos com maior probabilidade de considerar as alterações climáticas um problema sério (CE, 2025a).

Figura 5.4 Percentagem de inquiridos que sofreram impactos climáticos na sua região, por faixa etária.



Nota: Os intervalos numéricos na legenda referem-se a faixas etárias.

Fonte: EEA com base no Eurofound, 2025.

Para a maioria das medidas de resiliência climática a nível do agregado familiar, a maior percentagem de inquiridos que as tinha instalado encontrava-se na faixa etária mais avançada (Figura 5.5). Isto pode ocorrer porque os inquiridos mais velhos têm maior probabilidade de serem proprietários de imóveis em vez de inquilinos, o que lhes permite fazer alterações nas suas casas. Além disso, algumas pesquisas sugerem que as pessoas mais velhas podem ser mais avessas ao risco (Titko et al., 2021).

A faixa etária dos 45 aos 59 anos apresentou a maior proporção de inquiridos sem condições para suportar o custo do arrefecimento das suas casas (43,5%). A menor percentagem de inquiridos sem condições para suportar o custo do arrefecimento das suas casas foi observada na faixa etária dos 75 ou mais anos (28,6%). Os idosos estão entre os grupos mais afetados pelas altas temperaturas (OMS Europa, 2021); por isso, o conforto térmico é fundamental para este grupo durante o tempo quente. Na interpretação destes resultados, é de notar que, devido à sua natureza online, o inquérito foi respondido apenas por idosos com acesso à internet e conhecimento tecnológico; assim, é pouco provável que seja representativa das populações idosas mais vulneráveis.

O panorama das medidas de resiliência climática lideradas pelas autoridades, observado na área, é mais variado em relação às faixas etárias. Os inquiridos mais jovens foram os que menos referiram ter notado restrições ao uso de água e a presença de centros de arrefecimento, mas os que mais referiram ter visto avisos ou alertas, campanhas de sensibilização, arborização urbana e prevenção de cheias (Figura 5.5).

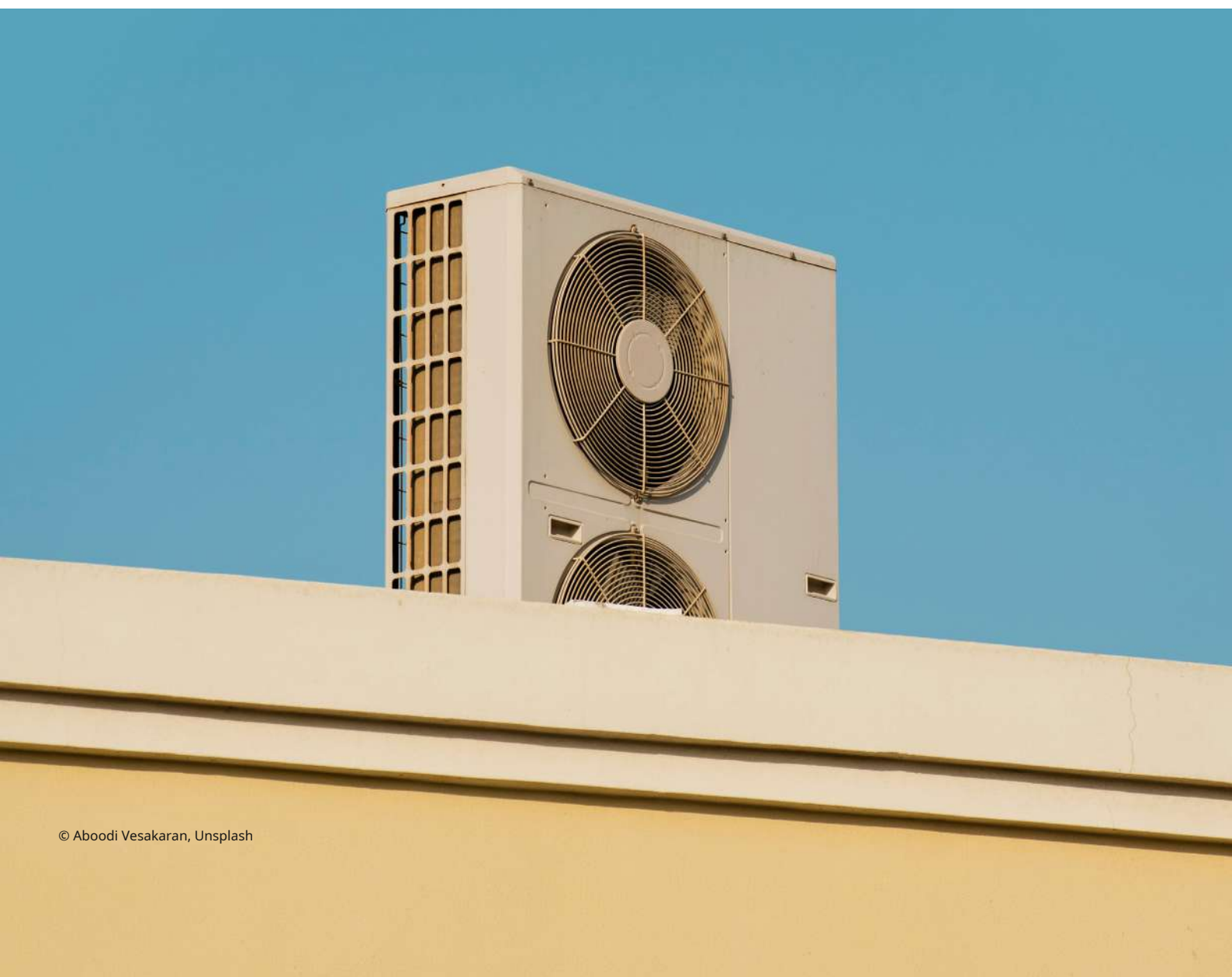
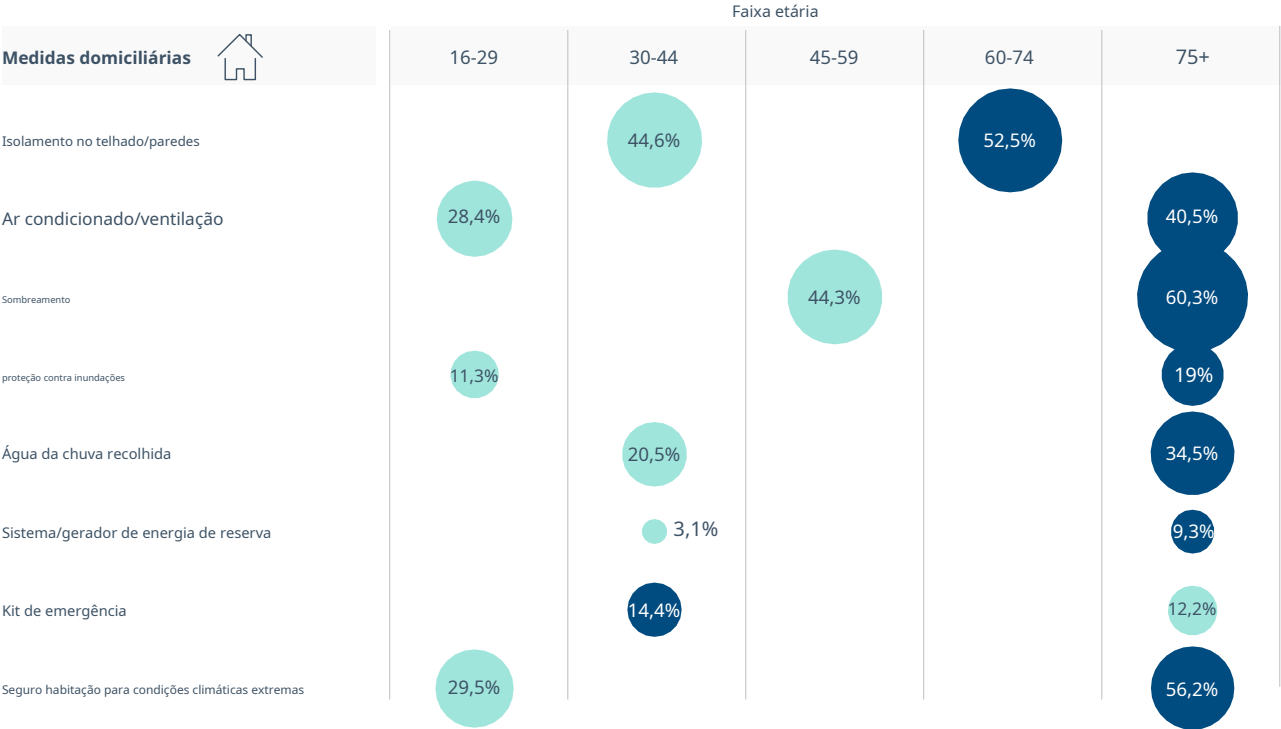
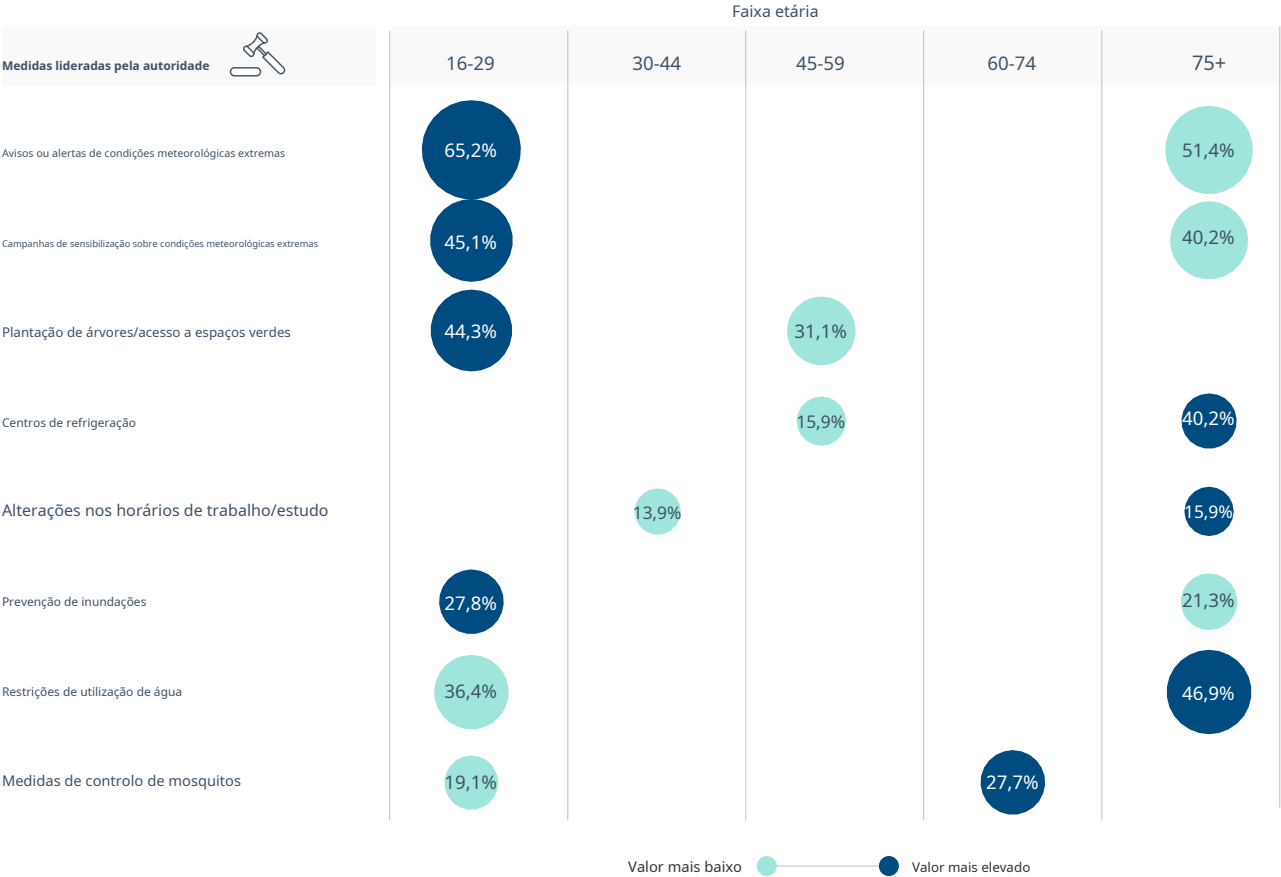


Figura 5.5 Adoção de medidas domésticas e conhecimento de medidas lideradas pelas autoridades, por faixa etária.

Adoção de medidas de resiliência climática nos agregados familiares: percentagem mais elevada e mais baixa de medidas implementadas por faixa etária.



Medidas de resiliência climática observadas na área local: percentagens mais elevadas e mais baixas de observações positivas por faixa etária.



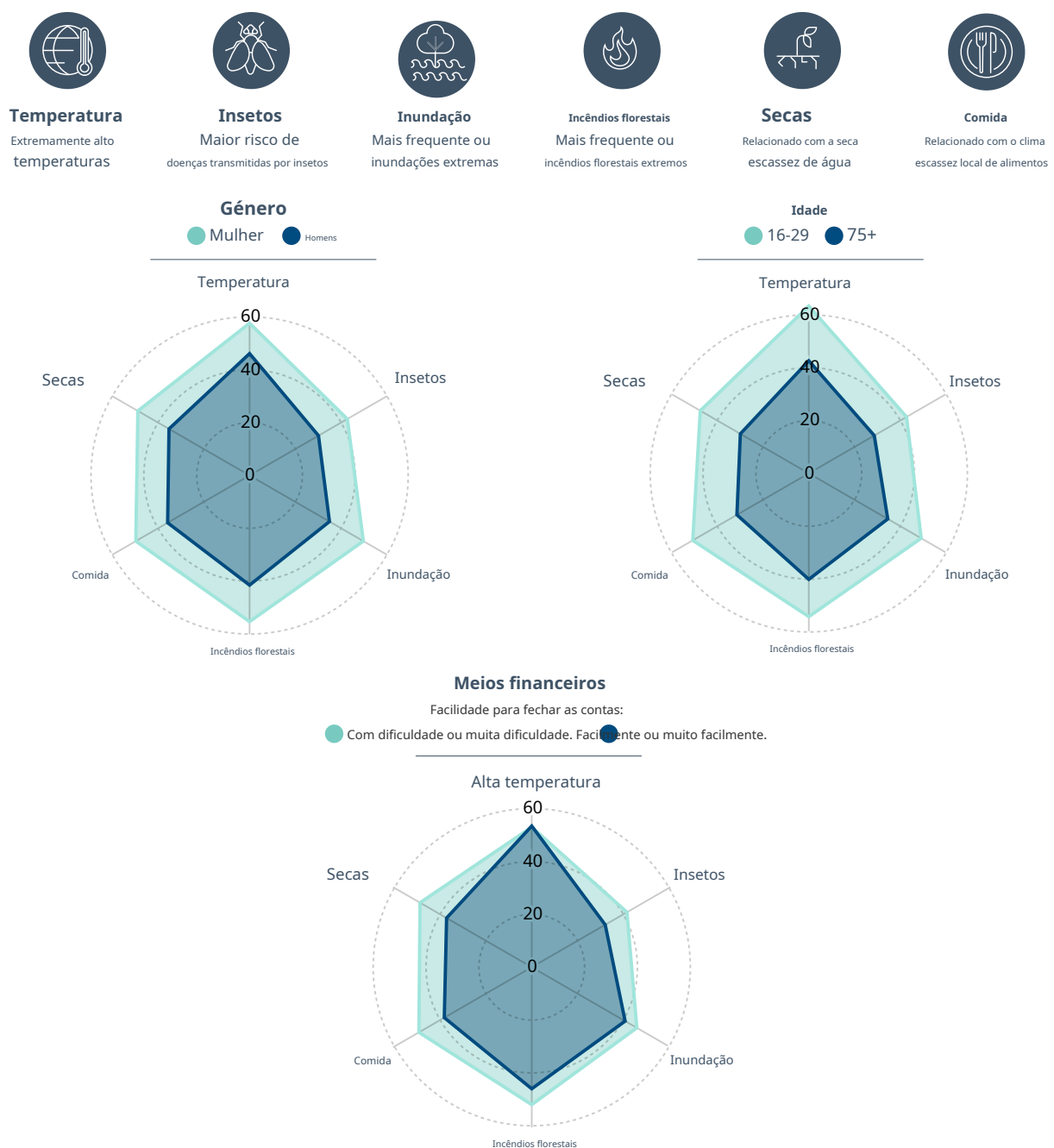
Fonte: EEA com base no Eurofound, 2025.

5.3 Género

Houve diferenças mínimas nas percentagens de homens e mulheres que referiram ter sofrido impactos climáticos nas suas localidades nos últimos 5 anos. O único impacto em que houve uma diferença notável na experiência relatada foi o das picadas de insetos; 39,2% das mulheres referiram ter sofrido um aumento de picadas, em comparação com 28,8% dos homens.

Uma maior percentagem de mulheres, em comparação com os homens, demonstrou grande ou muita preocupação com todos os impactos climáticos futuros mencionados no inquérito (Figura 5.6). Este resultado está em linha com as conclusões do relatório especial do Eurobarómetro de 2025 sobre as alterações climáticas (CE, 2025a).

Figura 5.6 Percentagem de inquiridos preocupados com os impactos climáticos futuros, por género, idade e situação financeira.



Fonte: EEA com base no Eurofound, 2025.

5.4 Propriedade de casa

Os inquilinos, em particular os que vivem em habitações arrendadas no sector privado, foram os que mais referiram sentir calor excessivo em casa (bem como no local de trabalho/estudo e no bairro) em comparação com os proprietários (Figura 5.7). Embora não abordado nesta investigação, a qualidade da habitação — tipo e idade da habitação, taxa de ventilação, localização, materiais de construção e sombreamento — é um fator chave que influencia a exposição ao calor extremo (Zhang et al., 2025). A maior parte do parque imobiliário europeu foi construído antes da introdução das normas térmicas e quase 75% deste parque é energeticamente ineficiente, o que aumenta o risco de sobreaquecimento em casa (EEA, 2022a).

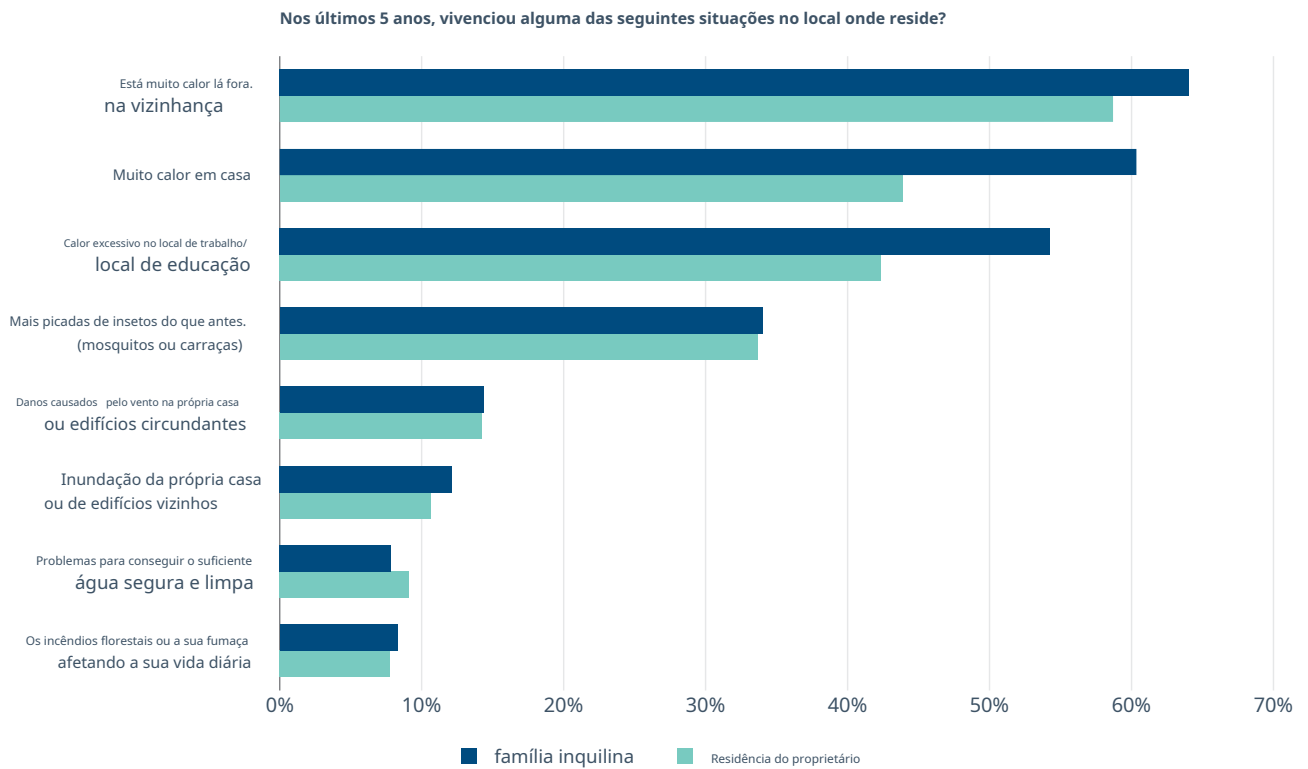
Esta situação é agravada pelo tipo de posse do imóvel. Os inquilinos podem não ter incentivo ou estabilidade a longo prazo para justificar melhorias nas suas casas que os protejam dos impactos relacionados com as alterações climáticas (como investir num sistema de refrigeração). Além disso, os programas de retrofit residencial — concebidas para melhorar o conforto térmico (ou seja, a instalação de bombas de calor) e proteger contra outros riscos relacionados com o clima, como as inundações — são frequentemente dirigidas a proprietários de imóveis e não a inquilinos.

No entanto, os proprietários podem mostrar-se relutantes em pagar por tais medidas, uma vez que não beneficiam directamente das melhorias. Este desafio é geralmente designado por "problema de incentivo dividido" (JRC, 2017). As renovações de imóveis para arrendamento podem também levar a aumentos de renda e a potenciais "despejos por renovação", ou seja, inquilinos que se mudam porque já não conseguem pagar a nova renda (EEA, 2025b).

Menos inquilinos — especialmente aqueles em imóveis arrendados no sector privado — relataram ter medidas de resiliência climática nas suas casas em comparação com os proprietários. A percentagem de proprietários que possuíam um seguro de habitação com cobertura para eventos climáticos extremos, ar condicionado ou ventilação melhorados, ou uma fonte de energia de reserva, era quase o dobro em comparação com os inquilinos (Figura 5.8).

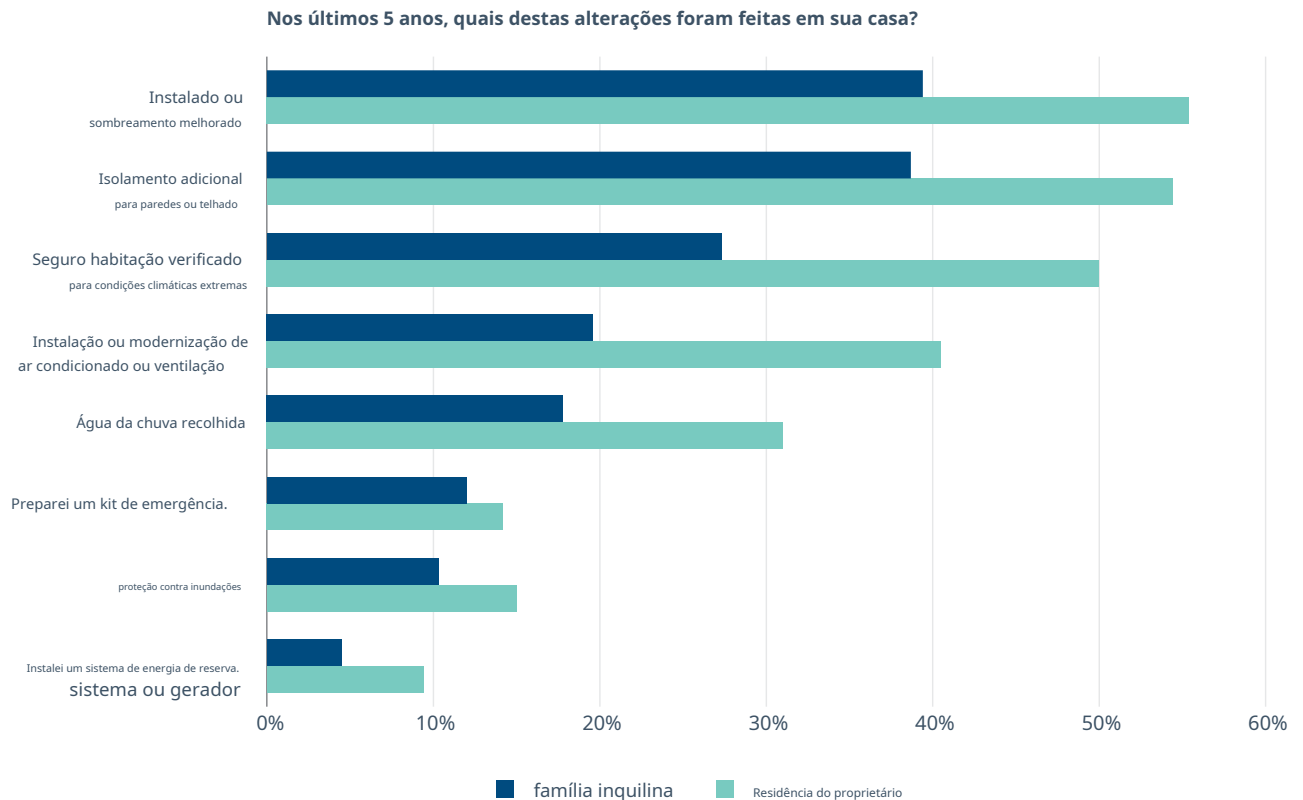


Figura 5.7 Percentagem de inquiridos que sofreram impactos climáticos na sua área, por tipo de propriedade de habitação.



Fonte: EEA com base no Eurofound, 2025.

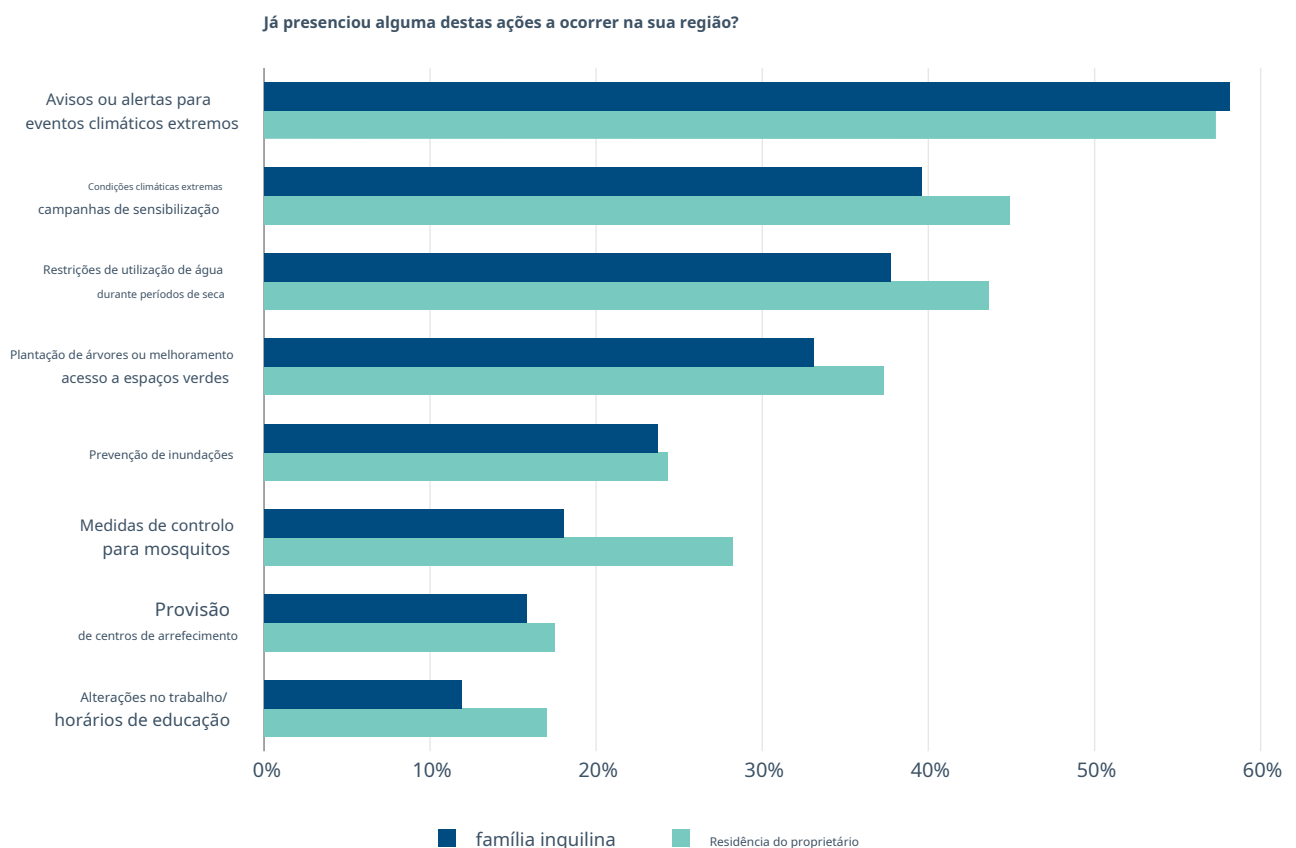
Figura 5.8 Percentagem de inquiridos que reportaram medidas de resiliência climática ao nível do agregado familiar, por tipo de propriedade de habitação.



Fonte: EEA com base no Eurofound, 2025.

Foram também observadas discrepâncias entre os grupos de posse de habitação em relação às medidas de resiliência climática verificadas nas suas áreas. Para as medidas listadas, uma maior percentagem de proprietários referiu ter notado campanhas de sensibilização, alterações nos seus horários de trabalho ou de estudo, medidas de controlo de mosquitos, plantação de árvores/arborização urbana e restrições ao uso de água (Figura 5.9). Medidas como a prevenção de cheias, a disponibilização de centros de arrefecimento e avisos ou alertas para eventos climáticos extremos foram observadas por uma percentagem semelhante de proprietários e inquilinos.

Figura 5.9 Percentagem de inquiridos que percecionam medidas de resiliência climática lideradas pelas autoridades na sua área, por tipo de propriedade de habitação.

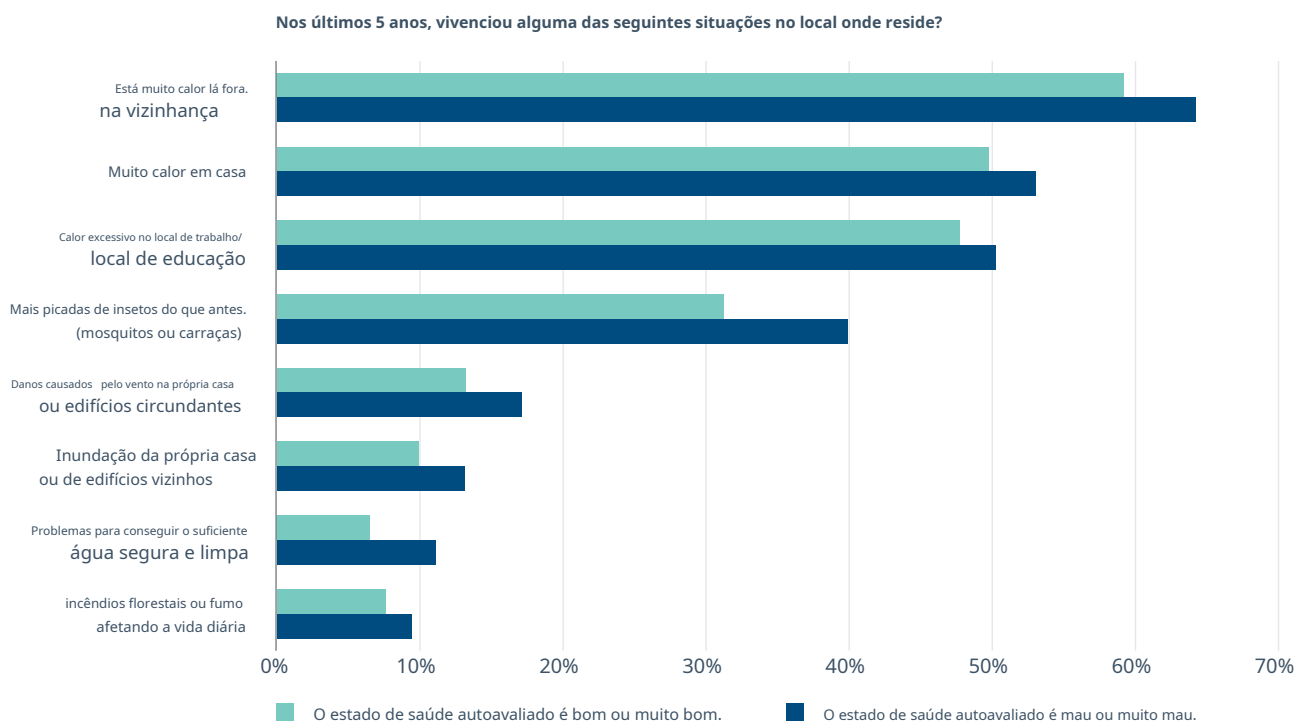


Fonte: EEA com base no Eurofound, 2025.

5,5 Estado de saúde autodeclarado

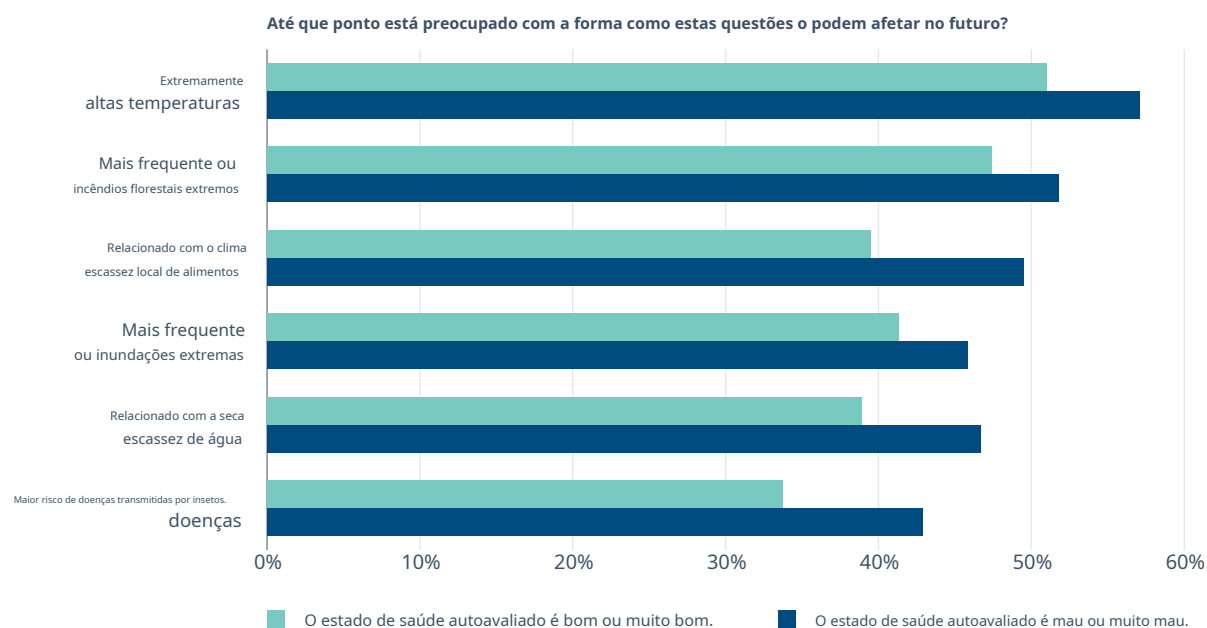
De um modo geral, em comparação com os inquiridos com uma saúde autoavaliada boa ou muito boa, aqueles com uma saúde autoavaliada pior eram mais propensos a relatar terem sofrido impactos climáticos nos últimos 5 anos (Figura 5.10) e a expressar muita ou bastante preocupação com os impactos climáticos no futuro (Figura 5.11).

Figura 5.10 Percentagem de inquiridos que sofreram impactos climáticos na sua região, por autoavaliação do estado de saúde.



Fonte: EEA com base no Eurofound, 2025.

Figura 5.11 Percentagem de inquiridos preocupados com os impactos climáticos futuros, por autoavaliação do estado de saúde.



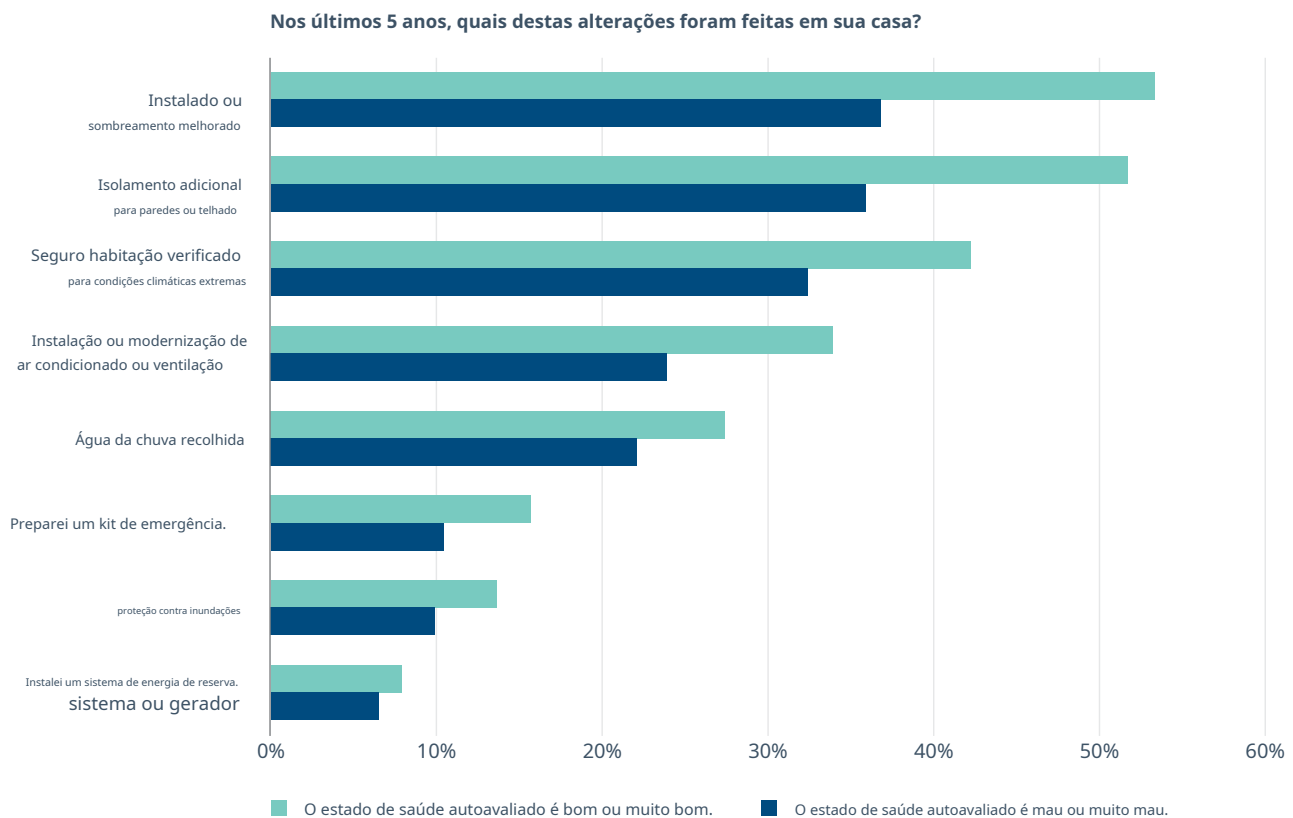
Fonte: EEA com base no Eurofound, 2025.

Além disso, uma percentagem mais baixa de inquiridos com pior auto percepção da saúde referiu ter medidas de resiliência a nível domiciliário e perceber medidas lideradas pelas autoridades na sua região (Figura 5.12 e Figura 5.13). As pessoas com condições de saúde preexistentes estão entre as mais propensas a serem impactadas pelo calor e outros eventos climáticos extremos (WHO Europa, 2021; EEA, 2025b). Assim, a menor disponibilidade de medidas de resiliência climática para pessoas com cuidados de saúde deficientes pode agravar os riscos para este grupo.

Uma saúde deficiente pode reduzir a capacidade de trabalho de uma pessoa e, consequentemente, diminuir a viabilidade financeira das medidas de resiliência climática a nível domiciliário. Uma percentagem duas vezes superior de pessoas com saúde autoavaliada como muito má ou má (55,2%) referiu não ter condições para manter as suas casas adequadamente frescas no verão, em comparação com aquelas que avaliaram a sua saúde como muito boa ou boa (27,5%).

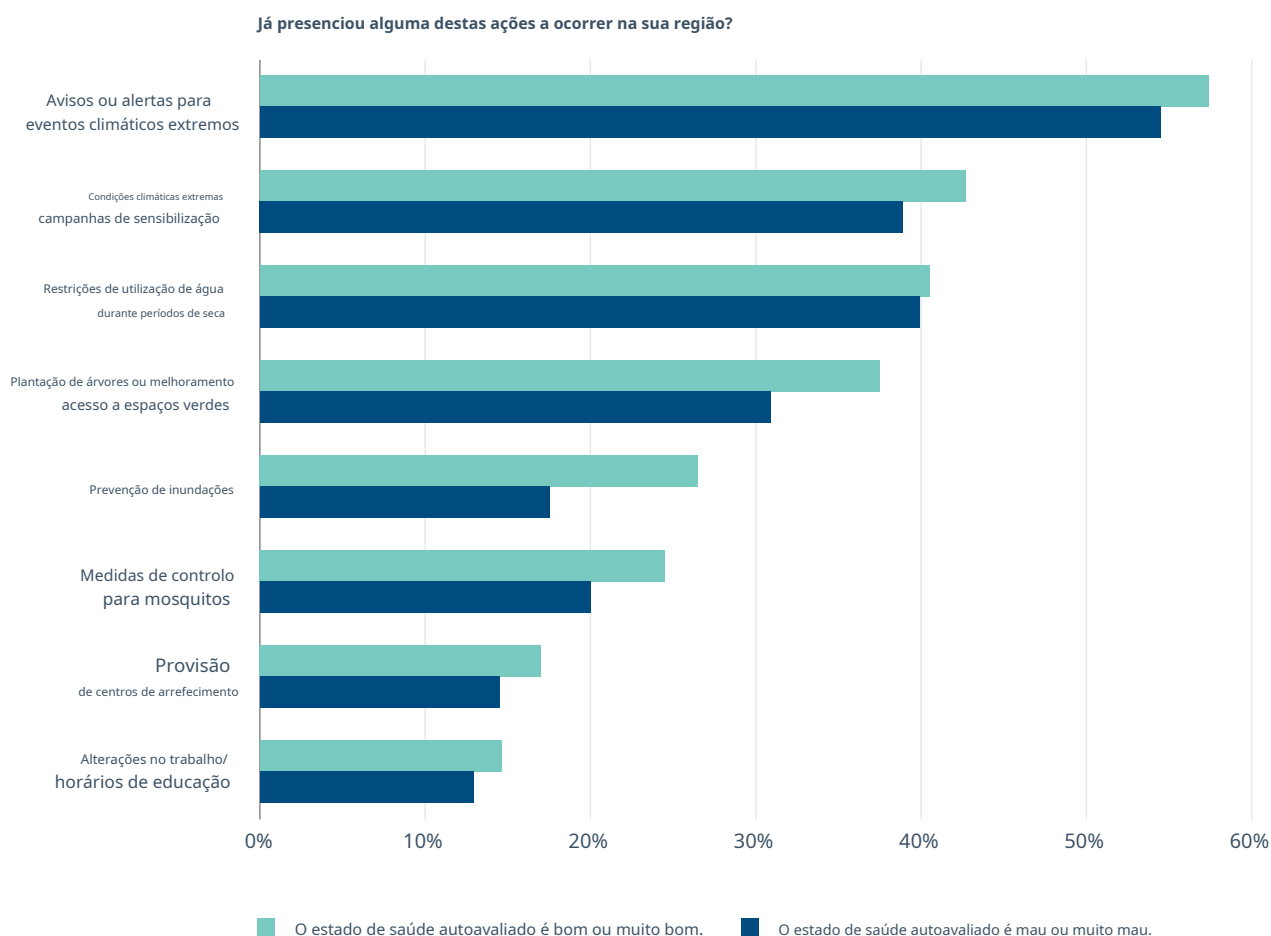
As pessoas com problemas de saúde graves podem estar confinadas em casa durante longos períodos e podem ser particularmente sensíveis ao calor devido à sua condição ou aos tipos de medicamentos que tomam (WHO Europa, 2021). É essencial que tenham uma temperatura confortável em casa. No entanto, 54,9% dos que referiram ter as suas atividades diárias severamente limitadas por problemas físicos ou mentais, doenças e deficiências afirmaram não ter capacidade para manter as suas casas frescas no verão, em comparação com 30,8% dos que referiram não ter essas limitações. Por conseguinte, é fundamental garantir que todos têm acesso a refrigeração acessível e sustentável durante os períodos de calor, especialmente tendo em conta o rápido aquecimento global.

Figura 5.12 Percentagem de inquiridos que reportaram medidas de resiliência climática ao nível do agregado familiar, por autoavaliação do estado de saúde.



Fonte: EEA com base no Eurofound, 2025.

Figura 5.13 Percentagem de inquiridos que reportaram medidas de resiliência climática lideradas pelas autoridades, por autoavaliação do estado de saúde.



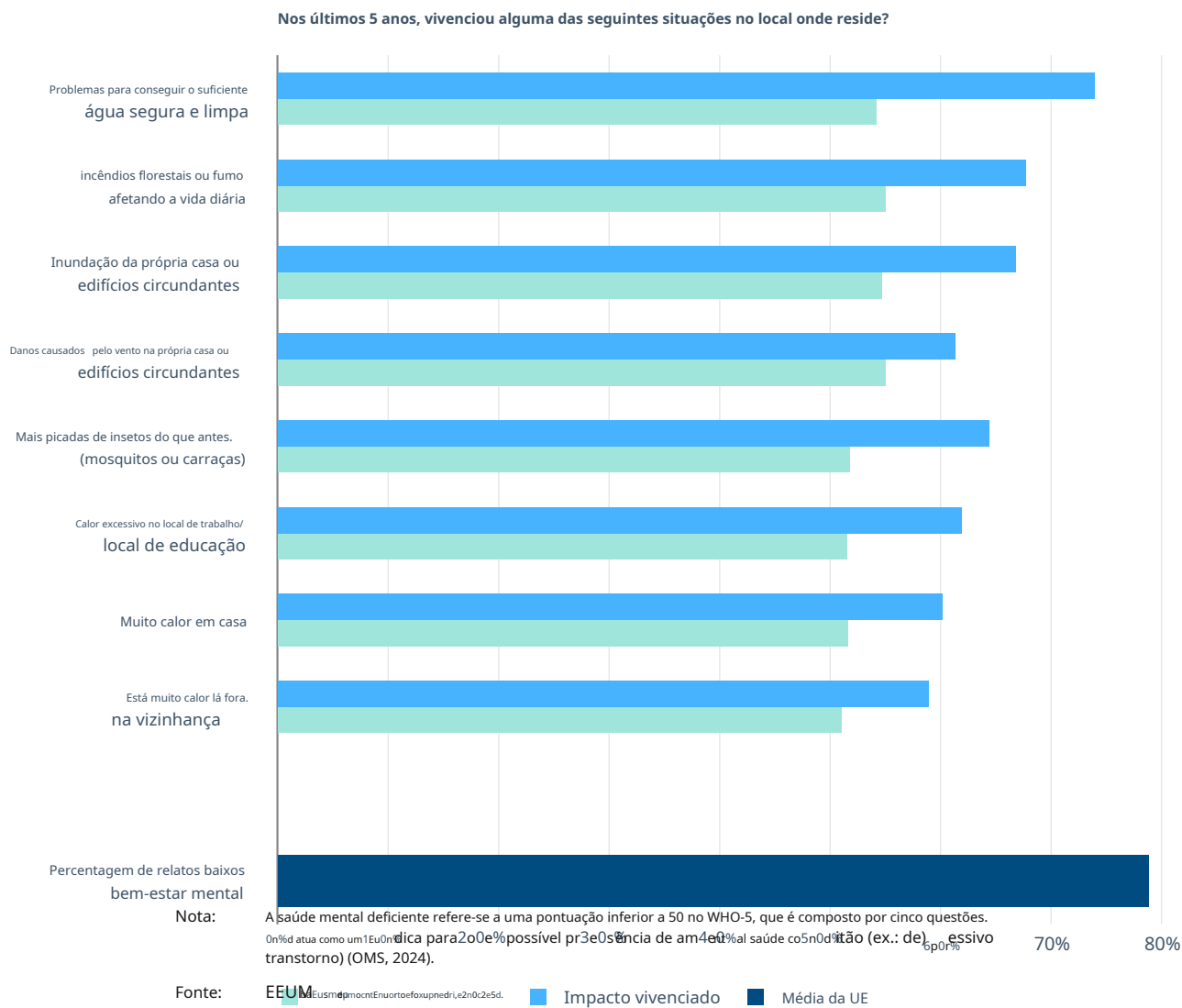
Fonte: EEA com base no Eurofound, 2025.

Para medir as interações entre os impactos climáticos e a saúde mental, o inquérito incluiu questões do instrumento WHO-5 que mede o bem-estar mental (OMS, 2024) («Os resultados mostram que os inquiridos com fraca saúde mental apresentaram maior probabilidade de terem experienciado os impactos das alterações climáticas na sua região nos últimos 5 anos (Figura 5.14). Esta diferença mantém-se estatisticamente significativa mesmo após o controlo de variáveis como o rendimento, a situação profissional e o tipo de agregado familiar.

Análises estatísticas adicionais (regressão) dos resultados do inquérito indicam que ter experienciado três ou mais dos impactos climáticos listados nos últimos 5 anos apresenta uma associação semelhante com o baixo bem-estar mental em comparação com grandes factores de stress na vida, como o desemprego ou a monoparentalidade. Estas descobertas corroboram o crescente conjunto de evidências que relacionam as alterações climáticas com impactos negativos na saúde mental (por exemplo, European Climate and Health Observatory, 2022) e enfatizam a necessidade de incorporar considerações sobre a saúde mental nas medidas e ações de resiliência climática.

(«A OMS define o mau bem-estar mental quando os inquiridos obtêm uma pontuação inferior a 50 no questionário WHO-5, composto por cinco questões. Isto indica a possível presença de um problema de saúde mental (por exemplo, perturbação depressiva) (WHO, 2024).

Figura 5.14 **Percentagem de inquiridos com baixa autoperceção de bem-estar mental, por experiência de impactos climáticos na sua região.**





6 Conclusões e oportunidades de ação

Os resultados do inquérito online aqui apresentado mostram que os eventos climáticos extremos e outros impactos — causados ou exacerbados pelas alterações climáticas — já foram vivenciados pela maioria dos inquiridos. Uma elevada percentagem dos inquiridos demonstrou preocupação com os impactos climáticos futuros. Estas conclusões estão em linha com outras pesquisas realizadas em toda a Europa (BEI, 2024; CE, 2025a). Contudo, o nível atual de implementação de medidas de resiliência climática, conforme relatado pelos respondentes — tanto a nível domiciliário como nas suas vizinhanças — não corresponde ao nível de intervenção necessário com base na experiência vivida e nas preocupações futuras.

Estas conclusões reforçam a importância da resiliência climática nas políticas europeias e exigem maiores esforços de adaptação às alterações climáticas, em conjunto com a sólida agenda de mitigação climática já em vigor para proteger a prosperidade e o bem-estar da população europeia. As secções seguintes destacam questões que podem ser relevantes para os debates políticos em curso.

6.1 Necessidade de implementação alargada de soluções de adaptação.

Os resultados desta investigação refletem o desfecho da Avaliação Europeia dos Riscos Climáticos (EUCRA): a preparação da sociedade continua a ser baixa, uma vez que a implementação das políticas está substancialmente atrasada em relação aos níveis de risco que aumentam rapidamente (EEA, 2024a). Por conseguinte, é fundamental que os esforços de adaptação em toda a Europa passem do planeamento para a implementação.

De acordo com a perceção dos participantes no inquérito, as medidas de resiliência "não baseadas em infraestruturas" atualmente implementadas pelas autoridades públicas — alertas e avisos precoces, campanhas de sensibilização e restrições ao uso da água durante períodos de seca — são as mais comuns entre todas as medidas listadas no inquérito.

Embora estas ações sejam certamente necessárias e eficazes, é também essencial intensificar os esforços que contribuem para a prevenção dos impactos climáticos (ver Tabela 1.1). É necessária uma ampla implementação de medidas de adaptação climática na infra-estrutura, tais como soluções baseadas na natureza (por exemplo, arborização urbana) e gestão de águas pluviais.

Ações como estas são geralmente da competência das autoridades subnacionais ou locais, mas a grande maioria dos governos locais não dispõe de fundos para implementar planos de adaptação (Venner et al., 2025). Assim, é importante garantir que o financiamento para a adaptação está disponível a nível local.

Os inquiridos que vivem fora das cidades eram menos propensos a relatar ter visto medidas de adaptação implementadas na sua região. Embora muitas grandes cidades tenham sido pioneiras em ações de adaptação na Europa nas últimas duas décadas (EEA, 2024b), é também essencial expandir os esforços de adaptação aos municípios mais pequenos e às zonas rurais.

De acordo com um estudo recente, as pequenas cidades, em comparação com as grandes metrópoles, reportam com maior frequência a falta de apoio político, as deficiências na capacidade da equipa para identificar oportunidades de financiamento e as dificuldades em cumprir as condições e os requisitos de várias fontes de financiamento para a adaptação, incluindo instituições e programas da UE. Consequentemente, dispõem de menos recursos para ações e processos de adaptação climática (Venner et al., 2025). Por isso, é fundamental alargar o apoio a nível local, considerado o "alicerce da adaptação" (CE, 2021). A adaptação climática europeia

A plataforma Climate-ADAPT fornece informações sobre vários aspetos climáticos. [opções de adaptação](#) e apresenta [estudos de casos](#) sobre a implementação das mesmas.

6.2 Combater o calor como o risco mais generalizado para a saúde e bem-estar.

A EUCRA (EEA, 2024a) identifica o calor como um risco crítico para a saúde humana. A elevada percentagem de inquiridos que referiu ter sofrido de calor excessivo exige uma ação urgente para resolver o problema. Em particular, é crucial combater as altas temperaturas nas casas das pessoas para prevenir a mortalidade e os problemas de saúde causados pelas altas temperaturas a cada verão (Janoš et al., 2025). Isto pode ser feito através da integração de medidas de adaptação climática e estratégias de mitigação nas normas e práticas de construção, sob a forma de especificações técnicas, códigos e medidas de segurança (JRC, 2025).

É fundamental tornar o arrefecimento sustentável acessível e viável para todos os cidadãos numa Europa que está a aquecer rapidamente. Quase dois terços dos inquiridos com rendimentos mais baixos neste inquérito relataram não ter condições para manter as suas casas adequadamente refrigeradas durante o verão. Isto enfatiza a necessidade urgente de garantir que o arrefecimento é acessível para os grupos de rendimentos mais baixos. Os principais elementos de uma estratégia de arrefecimento sustentável incluem:

- promover o arrefecimento urbano;
- priorizar o investimento em técnicas de arrefecimento passivo;
- Utilizar sistemas de refrigeração ativa de forma racional e moderada;
- desenvolvimento de sistemas de refrigeração de baixo consumo energético adequados a climas mais quentes no futuro (EEA, 2022c).

6.3 Incentivando a resiliência a nível familiar.

Aumentar a disponibilidade e a acessibilidade de medidas ao nível das famílias, como complemento às ações lideradas pelas autoridades, é outra área que os decisores políticos poderiam explorar mais a fundo para melhorar a resiliência climática da sociedade europeia. De acordo com o BEI (2024), 71% dos europeus consideram-se bem informados sobre o que podem fazer para adaptar eficazmente as suas casas e estilos de vida. No entanto, a maioria (60%) desconhece os subsídios públicos ou os incentivos financeiros disponíveis para apoiar estes esforços — seja porque estes incentivos não estão disponíveis, seja porque a informação sobre os mesmos é pouco divulgada.

No inquérito, os inquilinos — atualmente 31% da população da UE (Eurostat, 2024) — emergiram como um grupo menos preparado em comparação com os proprietários de imóveis. Assim, os inquilinos, tanto em habitações privadas como sociais, devem ser tidos em conta nas ações que visam adaptar as habitações das pessoas. Exemplos de ações relevantes seriam subsídios, doações ou empréstimos parciais ou totais para apoiar os proprietários e inquilinos a investir em medidas de resiliência climática (EEA, 2025b).

6.4 Proteção de grupos vulneráveis

Além dos grupos de baixo rendimento e dos inquilinos, os resultados do inquérito apontam para a importância de ter em conta outros grupos vulneráveis nas ações de adaptação. Em particular, o bem-estar dos jovens está em risco, uma vez que irão experienciar alterações climáticas sem precedentes. Estudos anteriores revelam que muitos jovens sofrem de ansiedade climática (Hickman et al., 2021), e isto é corroborado pela elevada percentagem de

Os jovens inquiridos deste inquérito (entre os 16 e os 29 anos) estão preocupados com os impactos climáticos futuros.

Uma elevada percentagem de inquiridos com fraca autoavaliação de saúde referiu ter sofrido impactos climáticos, para além de apresentar poucas medidas de resiliência a nível domiciliário. Isto indica a necessidade de se focar na proteção da saúde das pessoas contra os impactos climáticos, incluindo o bem-estar daqueles com condições de saúde preexistentes.

Especificamente no que diz respeito à saúde mental num contexto de alterações climáticas, os resultados da investigação sugerem uma ligação entre a experiência de múltiplos eventos climáticos extremos e a fraca saúde mental. Isto exige que as estratégias direcionadas para a saúde mental sejam integradas nas políticas e ações relevantes para a adaptação climática e a saúde a uma escala muito maior do que a observada até à data (cf. Observatório Europeu do Clima e da Saúde, 2022; Stewart-Ruano et al., 2025).

Sem medidas urgentes para proteger os cidadãos mais vulneráveis da UE, os impactos climáticos provavelmente agravarão ainda mais a saúde das pessoas. Tanto os atores da sociedade civil como alguns Estados-Membros da UE têm defendido recentemente a Estratégia Europeia para o Clima e a Saúde (EuroHealthNet, 2025; Conselho da União Europeia, 2025). Isto enfatiza a necessidade de agir e a importância da UE como órgão coordenador em matéria de clima e saúde.

Em conclusão, é necessário intensificar os esforços a nível europeu, nacional e subnacional para aumentar ainda mais a resiliência, tanto a nível familiar como a nível das autoridades, de forma a acompanhar as alterações climáticas. Isto exige uma ação sistémica em vários setores, desde a habitação e o ambiente construído, passando pelas finanças e seguros, até à saúde pública.

Abreviações

EEE	Agência Europeia do Ambiente
EIB	Banco Europeu de Investimento
EUCRA	<i>Avaliação Europeia dos Riscos Climáticos</i>
UE	União Europeia
Eurofunção	Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho

Referências

Conselho da União Europeia, 2025, 'Outros Assuntos da reunião do EPSCO (Saúde) de 2 de dezembro de 2025: Estratégia da UE sobre Clima e Saúde' (<https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-15753-2025-INIT/en/pdf#:~:text=LIFE.5-,EN,a%20lowcarbon%20economy.2>) acedido em 11 de dezembro de 2025.

Diakakis, M., et al., 2022, 'Perceções públicas sobre alertas precoces de cheias e condições meteorológicas extremas na Grécia', *Sustentabilidade*, 14 (16), p. 10199 (<https://doi.org/10.3390/su141610199>).

CE, 2021, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Construir uma Europa resiliente ao clima — a nova estratégia da UE para a adaptação às alterações climáticas (COM/2021/82 final) (<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=COM:2021:82:FIN>) acedido em 11 de dezembro de 2025.

CE, 2024, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Gestão dos riscos climáticos — proteção das pessoas e da prosperidade (COM(2024) 91 final) (<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52024DC0091>) acedido em 11 de dezembro de 2025.

CE, 2025a, 'Eurobarómetro Especial 565. Alterações climáticas' (<https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/3472>) acedido em 11 de dezembro de 2025.

CE, 2025a, Comunicação conjunta ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a estratégia da União Europeia de preparação (JOIN(2025) 130 final) (<https://webgate.ec.europa.eu/circabc-ewpp/d/d/workspace/SpacesStore/b81316ab-a513-49a1-b520-b6a6e0de6986/download>) acedido em 11 de dezembro de 2025.

CE, 2025b, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões que introduz o plano da União para a prevenção, preparação e resposta a crises de saúde (COM(2025) 745 final) (https://health.ec.europa.eu/document/download/30e8929a-3644-4049-a75f-9158345884c9_en?filename=security_com_2025-745_act_en.pdf) acedido em 11 de dezembro de 2025.

ECDC, 2021, *Organização da vigilância e controlo de vectores na Europa* (<https://www.ecdc.europa.eu/en/publications-data/organisation-vector-surveillanceand-control-europe>) acedido em 19 de dezembro de 2025.

ECDC, 2023, '*Culex pipiens* grupo — distribuição atual conhecida: outubro de 2023' (<https://www.ecdc.europa.eu/en/publications-data/culex-pipiens-group-currentknown-distribution-october-2023>) acedido em 11 de dezembro de 2025.

ECDC, 2025, '*Aedes* mosquitos invasores — distribuição atual conhecida: junho de 2025' (<https://www.ecdc.europa.eu/en/publications-data/aedes-invasive-mosquitoescurrent-known-distribution-june-2025>) acedido em 11 de dezembro de 2025.

EEA, 2017, *Adaptação às alterações climáticas e redução do risco de catástrofes na Europa*, Relatório EEA n.º 15/2017 (<https://www.eea.europa.eu/en/analysis/publications/climate-change-adaptation-and-disaster>) acedido em 11 de dezembro de 2025.

EEA, 2020, *Adaptação urbana na Europa: como as cidades respondem às alterações climáticas*, Relatório da EEA n.º 12/2020 (<https://www.eea.europa.eu/publications/urban-adaptation-in-europe>) acedido em 11 de dezembro de 2025.

EEA, 2022a, *As alterações climáticas como ameaça à saúde e ao bem-estar na Europa: foco no calor e nas doenças infecciosas*, Relatório da EEA n.º 7/2022 (<https://www.eea.europa.eu/publications/climate-change-impacts-on-health>) acedido em 11 de dezembro de 2025.

EEA, 2022b, *Para uma 'resiliência justa': não deixar ninguém para trás na adaptação às alterações climáticas*, Resumo da EEA (<https://www.eea.europa.eu/en/analysis/publications/towards-just-resilience-leaving-no-one-behind-when-adapting-to-climate-change>) acedido em 11 de dezembro de 2025.

EEA, 2022c, *Arrefecimento sustentável de edifícios na Europa: explorar as ligações entre a mitigação e a adaptação às alterações climáticas e os seus impactos sociais*, Resumo da EEA (<https://www.eea.europa.eu/en/analysis/publications/cooling-buildings-sustainably-in-europe-exploring-the-links-between-climate-change-mitigation-and-adaptation-and-their-social-impacts>) acedido em 11 de dezembro de 2025.

EEA, 2024a, *Avaliação Europeia dos Riscos Climáticos* Relatório da EEA n.º 01/2024 (<https://www.eea.europa.eu/en/analysis/publications/european-climate-risk-assessment>) acedido em 11 de dezembro de 2025.

EEA, 2024b, *Adaptação urbana na Europa: o que funciona?*, Relatório EEA n.º 14/2023 (<https://www.eea.europa.eu/publications/urban-adaptation-in-europe-what-works>) acedido em 11 de dezembro de 2025.

EEA, 2024c, *Os impactos do calor na saúde: vigilância e preparação na Europa*, Resumo da EEA (<https://www.eea.europa.eu/en/analysis/publications/the-impacts-of-heat-on-health>) acedido em 11 de dezembro de 2025.

EEA, 2025a, *Da fase de planeamento à ação da adaptação: análises sobre o progresso e os desafios em toda a Europa*, Resumo da EEA (<https://www.eea.europa.eu/en/analysis/publications/from-adaptation-planning-to-action>) acedido em 11 de dezembro de 2025.

EEA, 2025b, *Equidade social na preparação para as alterações climáticas: como a resiliência justa pode beneficiar as comunidades de toda a Europa*, Relatório da EEA n.º 04/2025 (<https://www.eea.europa.eu/en/analysis/publications/social-fairness-in-preparing-for-climate-change-how-resilience-can-benefit-communities-across-europe>) acedido em 12 de dezembro de 2025.

EEA, 2025c, *'Perdas económicas decorrentes de eventos climáticos extremos na Europa'*, Indicador da EEA (<https://www.eea.europa.eu/en/analysis/indicators/economic-losses-from-climate-related>) acedido em 12 de dezembro de 2025.

EEA, 2025d, *'Área e população afetadas durante pelo menos um trimestre do ano por condições de escassez de água na UE, medidas pelo índice de exploração de água plus'*, Gráfico da EEA (<https://www.eea.europa.eu/en/analysis/indicators/use-of-freshwater-resources-in-europe-1-1764323013/area-and-population-affected-during?activeTab=265e2bee-7de3-46e8-b6ee-76005f3f434f>) acedido em 12 de dezembro de 2025.

BEI, 2024, '94% dos europeus apoiam medidas de adaptação às alterações climáticas, segundo o inquérito do BEI' (<https://www.eib.org/en/press/all/2024-406-94-of-europeans-support-measures-to-adapt-to-climate-change-according-to-eib-survey>) acedido em 12 de dezembro de 2025.

Eurofound, 2024, 'Pontuações médias do WHO-5 e proporções de pessoas em risco de depressão por faixa etária, UE27, 2020–2023' (<https://www.eurofound.europa.eu/en/surveys-and-data/data-catalogue/who-5-average-scores-and-proportions-people-risk-depression-age-group-eu27-2020-2023>) acedido em 12 de dezembro de 2025.

Eurofundação, 2025, *Inquérito online sobre viver e trabalhar na UE* (<https://www.eurofound.europa.eu/en/surveys-and-data/surveys/living-and-working-in-the-eu-e-survey>) acedido em 12 de dezembro de 2025.

EuroHealthNet, 2025, "Um apelo urgente a uma estratégia da UE sobre o clima e a saúde", Comunicado de imprensa (<https://eurohealthnet.eu/publication/an-urgent-call-for-an-eu-strategy-on-climate-and-health/>) acedido em 12 de dezembro de 2025.

Observatório Europeu do Clima e da Saúde, 2022, *Alterações climáticas e saúde: panorama das políticas nacionais na Europa* (<https://climate-adapt.eea.europa.eu/en/observatory/policy/national-policies/status-national-policies>) acedido em 19 de dezembro de 2025.

Autoridade Europeia de Seguros e Pensões Complementares de Reforma, 2024, *Resumo do painel de controlo sobre a lacuna de proteção de seguros para catástrofes naturais* (https://www.eiopa.europa.eu/document/download/bbdc653b-e335-41f0-8293-0d8280a09855_en?filename=EIOPA-BoS-24-473_Dashboard%20on%20insurance%20proteção%20gap%20para%20natural%20catástrofes%20em%20a%20resumindo%20-%202024%20versão.pdf) acedido em 12 de dezembro de 2025.

Parlamento Europeu, 2024, *Instrumentos políticos para combater as desigualdades sociais relacionadas com as alterações climáticas: estudo em foco* ([https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/IPOL_STU\(2023\)740081](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/IPOL_STU(2023)740081)) acedido em 12 de dezembro de 2025.

Eurostat, 2023, "Estatísticas da UE sobre rendimentos e condições de vida", Microdados (<https://ec.europa.eu/eurostat/web/microdata/european-union-statistics-on-income-and-living-conditions>) acedido em 11 de dezembro de 2025.

Eurostat, 2024, *Habitação na Europa*—Edição de 2024 (<https://ec.europa.eu/eurostat/web/interactive-publications/housing-2024>) acedido em 12 de dezembro de 2025.

Hickman, C., et al., 2021, 'Ansiedade climática em crianças e jovens e as suas crenças sobre as respostas governamentais às alterações climáticas: um inquérito global', *A revista The Lancet sobre a saúde planetária*, 5(12) E863-E873 ([https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(21\)00278-3](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(21)00278-3)).

Janoš, T., et al., 2025, 'Mortalidade relacionada com o calor na Europa durante 2024 e previsão de emergências de saúde para reduzir mortes evitáveis', *Medicina Natural* (<https://doi.org/10.1038/s41591-025-03954-7>).

JRC, 2017, *Ultrapassar a barreira dos incentivos divididos no setor da construção: Desbloquear o potencial de eficiência energética nos setores do arrendamento e multifamiliar.*, JRC Technical Report n.º JRC101251 (<https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC101251>) acedido em 12 de dezembro de 2025.

JRC, 2025, 'Adaptação às alterações climáticas: Normas e estratégias para o ambiente construído' (<https://eurocodes.jrc.ec.europa.eu/news/climate-change-adaptation-standards-and-strategies-built-environment>) acedido em 12 de dezembro de 2025.

Martinez, G., et al., 2025, 'Arrefecimento centrado nas pessoas: proteger a saúde contra o calor perigoso, da pessoa ao planeta', *Revista Internacional de Biometeorologia*, 69, pp. 2141-2156 (<https://doi.org/10.1007/s00484-025-02952-1>).

Stewart-Ruano, A., et al., 2025, 'Uma lacuna crítica na abordagem da saúde mental nos planos de ação de saúde relacionados com o calor em todo o mundo', *Relatórios Atuais de Saúde Ambiental*, 12(23) (<https://doi.org/10.1007/s40572-025-00486-7>).

Tesselaar, M., et al., 2020, 'Regional inequalities in accessibility and adhesion to flood insurance in a context of climate change', *Sustentabilidade*, 12(20), 8734 (<https://doi.org/10.3390/su12208734>).

Titko, M., et al., 2021, 'Preparação da população para desastres e eventos climáticos extremos como indicador da construção de uma sociedade resiliente: a República Eslovaca', *Revista Internacional de Investigação Ambiental e Saúde Pública*, 18 (5), p. 2311 (<https://doi.org/10.3390/ijerph18052311>).

van Daalen, K., et al., 2024, 'O Relatório Europeu de 2024 da Lancet Countdown sobre a Saúde e as Alterações Climáticas: o aquecimento sem precedentes exige ações sem precedentes', *A revista The Lancet Public Health*, 9 (7) pp. e495-522 ([https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(24\)00055-0](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(24)00055-0)).

Venner, K., et al., 2025, 'Quem lidera, quem fica para trás? Desigualdades interurbanas no financiamento e na capacitação para a adaptação climática na Europa', *Cartas de Investigação Ambiental*, 20 (7), p. 074061 (<https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/adde71>).

OMS, 2024, *Índice de Bem-Estar da Organização Mundial de Saúde - Cinco*(OMS-5) (<https://www.who.int/publications/m/item/WHO-UCN-MSD-MHE-2024.01>) acedido em 12 de dezembro de 2025.

OMS Europa, 2021, *Calor e saúde na região europeia da OMS: evidência atualizada para uma prevenção eficaz*(<https://www.who.int/europe/publications/i/item/9789289055406>) acedido em 12 de dezembro de 2025.

Atribuição Meteorológica Mundial, 2024, 'As alterações climáticas e a elevada exposição aumentaram os custos e as perturbações nas vidas e nos meios de subsistência devido às cheias associadas a chuvas excecionalmente intensas na Europa Central' (<https://www.worldweatherattribution.org/climatechange-and-high-exposure-increased-costs-and-disruption-to-lives-and-livelihoods-from-flooding-associated-with-exceptionally-heavy-rainfall-in-central-europe/>) acedido em 12 de dezembro de 2025.

Zhang, L., et al., 2025, 'Vulnerabilidades das habitações e das famílias ao sobreaquecimento no verão: uma classificação latente para a Inglaterra', *Investigação Energética e Ciências Sociais*, 125, p. 104126 (<https://doi.org/10.1016/j.erss.2025.104126>).

Anexo 1 *Inquérito online "Viver e trabalhar na UE 2025"*

questões analisadas no relatório

Nos últimos 5 anos, vivenciou alguma das seguintes situações no local onde reside?

- Está muito calor em sua casa
- Calor excessivo no seu local de trabalho/instituição de ensino
- Está muito calor quando se está ao ar livre no seu bairro
- A sua casa ou outros edifícios à sua volta serem inundados
- A sua casa ou outros edifícios ao seu redor a serem danificados pelo vento
- Os incêndios florestais ou o fumo que produzem afetam o seu dia a dia
- Mais picadas de insetos do que antes (mosquitos ou carraças)
- Problemas em obter água potável e limpa em quantidade suficiente

Opções de resposta: Sim; Não; Não sei; Prefiro não responder

Até que ponto está preocupado com a forma como estas questões o podem afetar no futuro?

- Temperaturas extremamente elevadas perturbam a vida quotidiana e o bem-estar.
- Inundações mais frequentes ou mais extremas
- Incêndios florestais mais frequentes ou mais extremos
- Maior probabilidade de contrair doenças transmitidas por picadas de mosquitos ou carraças
- Acesso reduzido a água potável para uso diário devido às secas
- Acesso reduzido a alimentos locais e sazonais devido às condições climáticas que afectam as culturas.

Opções de resposta: Muito preocupado(a); Bastante preocupado(a); Moderadamente preocupado(a); Ligeiramente preocupado(a); Nada preocupado(a); Não sei; Prefiro não responder

Nos últimos 5 anos, quais destas alterações foram feitas em sua casa?

- Adição de isolamento às paredes ou ao telhado
- Instalação ou modernização de ar condicionado ou ventilação
- Instalação ou melhoria de sombreamento
- Proteção contra inundações (ex: melhoria do sistema de drenagem, barreiras contra inundações)
- Recolher a água da chuva para uso em casa/jardim
- Instalou um sistema de energia de reserva ou gerador
- Preparei um kit de emergência
- Seguro habitação garantido com cobertura para eventos climáticos extremos

Opções de resposta: Sim, implementado nos últimos 5 anos; Já implementado (incluindo funcionalidades em novas versões); Não, não implementado; Não sei; Prefiro não responder

Já presenciou alguma destas ações a ocorrer na sua região?

- Avisos ou alertas sobre ondas de calor ou outros eventos climáticos extremos (através de mensagens de texto para telemóveis, chamadas telefónicas, nos meios de comunicação social)
- Campanhas de sensibilização sobre os riscos e as medidas a tomar em caso de condições meteorológicas extremas.
- O aumento da plantação de árvores ou a melhoria do acesso a espaços verdes (como parques)
- Fornecimento de centros de refrigeração (i.e. edifícios públicos com ar condicionado)
- Alterações nos horários de trabalho/estudo para evitar atividades nos horários ou dias mais quentes
- Prevenção de inundações (ex: diques ou reservatórios para águas pluviais)
- Restrições ao uso de água durante períodos de seca
Medidas de controlo de mosquitos (ex: pulverização/fumigação)

Opções de resposta: Sim; Não; Não sei; Prefiro não responder

A sua família tem condições para suportar os seguintes itens?

- Manter a casa adequadamente fresca no verão

Opções de resposta: Sim; Não; Não sei; Prefiro não responder

Agência Europeia do Ambiente, Eurofundação

Sobreaquecidos e impreparados: as experiências dos europeus ao conviver com as alterações climáticas. 2026

— 48 páginas — 21 x 29,7 cm

ISBN: 978-92-9480-755-7

doi: 10.2800/6087030

Relatório da EEA n.º 01/2026

Entrando em contacto com a UE

Pessoalmente

Existem centenas de centros de informação Europe Direct em toda a União Europeia. Pode encontrar a morada do centro mais próximo em: https://european-union.europa.eu/contact-eu_en

Por telefone ou por e-mail.

O Europe Direct é um serviço que responde às suas perguntas sobre a União Europeia. Pode contactar este serviço: por telefone gratuito: 00 800 6 7 8 9 10 11 (alguns operadores podem cobrar estas chamadas),

ou pelo seguinte número padrão: +32 22 99 96 96 ou por e-mail através de: https://european-union.europa.eu/contact-eu_en

Encontrar informações sobre a UE

Online

A informação sobre a União Europeia em todas as línguas oficiais da UE está disponível no site Europa em: https://european-union.europa.eu/index_en

Publicações da UE

Pode descarregar ou encomendar publicações da UE, gratuitas ou pagas, em: <https://op.europa.eu/en/web/general-publications/publications>. É possível obter vários exemplares gratuitos das publicações contactando a Europe Direct ou o centro de informações local (consulte https://european-union.europa.eu/contact-eu_en).

